

A LGBTfobia como Fenômeno Cultural e seus Impactos Psíquicos

Lucas Camapum Rosa

Brasília – DF
Dezembro de 2017



Centro Universitário de Brasília – UniCeub
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia

A LGBTfobia como Fenômeno Cultural e seus Impactos Psíquicos

Lucas Camapum Rosa

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão de Curso de Psicologia. Professora Orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília – DF

Dezembro de 2017

Folha de avaliação

Autor: Lucas Camapum Rosa

Título: A LGBTfobia como Fenômeno Cultural e seus Impactos Psíquicos

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Flávia do Amaral Madureira

Professora orientadora

Prof^a. M^a. Ilsimara Moraes da Silva

Prof. M. Lucas Alves Amaral

Brasília - DF

Dezembro de 2017

Agradecimentos

Esta pesquisa seria apenas um sonho sem as contribuições da excelentíssima professora orientadora Ana Flávia do Amaral Madureira. Sua dedicação para com os/as alunos/as só se compara com seu desejo por uma sociedade mais harmônica e dialógica. Deixo suas orientações com saudades e inspirado a seguir seu exemplo. Por todos os ensinamentos valiosos que jamais serão esquecidos, muito obrigado!

Sumário

Resumo	v
Introdução	1
1. A Psicologia Cultural, Preconceitos e os Processos Identitários	8
2. Homofobia	17
3. Bifobia	28
4. Transfobia	32
5. Gestalt-terapia: Implicações Psicológicas da Convivência com o Contexto LGBTfóbico	36
6. Metodologia	47
6.1 Participantes	49
6.2 Materiais e Instrumentos	50
6.3 Procedimentos de Construção das Informações	50
6.4 Procedimentos de Análise	51
7. Resultados e Discussão	54
7.1 Vivências LGBTfóbicas: Exemplos a Partir dos Relatos dos/as Participantes	54
7.2 A LGBTfobia e o Adoecimento Psíquico das suas Vítimas	67
7.3 Ajustamentos ao Contexto LGBTfóbico Sobre a Ótica da Gestalt-Terapia	79
Considerações Finais	86
Referências Bibliográficas	89
ANEXOS	97
ANEXO A	98
ANEXO B	100
ANEXO C	102
ANEXO D	104
ANEXO E	107

Resumo

Esta pesquisa teve por objetivo compreender a LGBTfobia e como ela pode adoecer psicologicamente as vítimas de discriminação. Os alicerces teóricos se pautam nas contribuições da Psicologia Cultural e da Gestalt-terapia. Quanto à metodologia, foi utilizada a proposta qualitativa de pesquisa, adotando-se a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). As entrevistas realizadas foram individuais e semiestruturadas. Os participantes foram seis pessoas da comunidade LGBT (um homem gay, uma mulher lésbica, um homem e uma mulher bissexuais e um homem e uma mulher *trans*) e duas psicólogas que atuam na área clínica adotando a abordagem da Gestalt. Foram elaboradas para análise das entrevistas três categorias analíticas temáticas: 1) Vivências LGBTfóbicas: exemplos a partir dos relatos dos/as participantes, 2) A LGBTfobia e o adoecimento psíquico das suas vítimas, 3) Ajustamentos ao contexto LGBTfóbico sobre a ótica da Gestalt-terapia. A análise das entrevistas indicou sofrimentos ligados ao fechamento para o contato, seja com o mundo exterior ou com o mundo privado. Associado a isso, está a compreensão dos/as entrevistados/as da LGBTfobia como um fenômeno amplo e rigidamente restritivo às liberdades individuais. São criticamente necessárias, para a prevenção do problema LGBTfóbico, articulações com as instituições sociais e a ressignificação de valores culturais específicos.

Palavras-chave: LGBTfobia; Gênero; Sexualidade; Gestalt; Psicologia Cultural.

Introdução

Este trabalho tem como tema a LGBTfobia como fenômeno cultural e seus impactos psíquicos. A partir desta delimitação temática, das contribuições do referencial teórico da Gestalt-terapia e da Psicologia Cultural, pode-se delinear as seguintes perguntas exploratórias que guiaram o trabalho: de que maneira vivências marcadas pela LGBTfobia adoecem indivíduos a ponto de gerarem demandas clínicas? Como a Gestalt-terapia entende esse adoecimento e pode evitá-lo e tratá-lo?

A discriminação sofrida por pessoas LGBTs no Brasil resultou em 343 mortes em 2016, de acordo com o relatório de assassinatos do Grupo Gay da Bahia (2016)¹. Isso corresponde a um homicídio de pessoa LGBT a cada 25 horas no Brasil. Além disso, o relatório aponta que os números só vêm aumentando nos últimos anos (130 em 2000, 260 em 2010). O que, por si só, já é motivo para investigar cientificamente a LGBTfobia.

É importante ressaltar que, de acordo com o relatório citado, essas estatísticas são realizadas a partir de assassinatos noticiados na mídia, uma vez que o Estado não contabiliza oficialmente o número de mortes decorrentes de motivações homofóbicas. Um dos motivos dessa contagem não oficial é, de acordo com o relatório anteriormente mencionado, a homofobia governamental, que resiste a tipificar a homofobia como crime, o que acaba por dificultar o trabalho de investigação sobre este fenômeno.

De acordo com Mello, Freitas, Pedrosa e Brito (2012), a pouca participação do Estado frente à LGBTfobia também se manifesta nas políticas públicas. Em relação à educação pública, o que se presencia, frequentemente, nas instituições de ensino não é um discurso democrático, mas sim um conjunto caótico de todas as visões de mundo

¹ Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio2016ps.pdf>

que ali passam. Ou seja, vozes que tentam se sobrepor umas às outras, a pluralidade de discursos não encontra espaços equânimes de escuta, havendo o silenciamento de umas em razão de outras. O Estado, por sua vez, dificilmente trabalha para construir um espaço que ensina sobre respeito, convivência e cidadania. No lugar disso, encontram-se as importantes matérias de português, matemática, ciências, etc. Entretanto, o Estado parece acreditar que apenas tais disciplinas são o suficiente para a formação dos/das alunos/as do país.

Como exceção, algumas escolas tem um trabalho mais elaborado, voltado à tolerância em relação à diferença. Contudo, tolerar pode ser entendido como “aguentar”, o que, por si só, está longe do respeito, da convivência harmoniosa e da valorização da diversidade. Dessa maneira, as escolas que visam desenvolver tal convivência são, hoje em dia, raras exceções (Mello, Freitas, Pedrosa & Brito, 2012).

É preciso especificar que a ideia de harmonia presente ao longo deste trabalho não é o que se compreende no senso comum como ausência de erros ou conflitos. Consideramos nessa pesquisa a harmonia como maneira construtiva e dialógica de lidar com os conflitos, e não a eliminação dos mesmos.

Ainda de acordo com os autores anteriormente citados, políticas públicas para capacitar os/as profissionais da educação visando à promoção de um ambiente dialógico e harmonioso entre os/as alunos/as que apresentam diferentes sexualidades e identidades de gênero surgiram muito recentemente. Foi em 2006, no último ano do primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que as duas primeiras políticas públicas voltadas para essa temática começaram a se delinear, ganhando força em 2008 (Mello, Freitas, Pedrosa & Brito, 2012).

Tais políticas públicas se referem aos cursos “Saúde e prevenção nas escolas” (SPE) e “Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero,

Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais” (GDE). O primeiro, ofertando 600 vagas em um universo de 70.000 professores/as, pretendia diminuir a vulnerabilidade de jovens e adolescentes à gravidez indesejada, AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Já o segundo, contribuía para formação de professores/as acerca dos três tópicos contidos no subtítulo do curso de maneira articulada e chegou a ofertar 23.000 vagas. Esses cursos, então, perderam força por pressão da bancada evangélica e tiveram seu encerramento prematuro em 2012 (Mello, Freitas, Pedrosa & Brito, 2012).

Para além do ensino público, a LGBTfobia permeia, também, instituições particulares de ensino, como é o caso apresentado no trabalho de Reis, Dias e Benitez (2016). Os autores apresentam como a LGBTfobia perpassa a realidade das universidades particulares e como a mudança para um ambiente favorável à convivência exige esforço ativo para a transformação através do diálogo e persistência. O trabalho em questão apresenta como a organização de alunos e alunas para discutir sobre temas relativos às minorias sexuais e de gênero alavancam mais diálogos, que por consequência criam redes de apoio, promovem o empoderamento de grupos subalternizados e disseminam ideias progressistas rumo a um futuro menos LGBTfóbico.

Com todo esse preconceito e discriminação presentes nas instituições de ensino como as escolas e as universidades, ainda sem mencionar as famílias, e o pouco caso do Estado sobre este problema, resta a dúvida: qual o posicionamento da Psicologia enquanto ciência e campo de atuação profissional?

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) considera na Resolução de 01/99² (apresentada integralmente no Anexo A), dentre outras ponderações “que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser

² Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

compreendida na sua totalidade”. Apresenta ainda que: “os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas”.

É essencial ressaltar um fato. No dia 15 de setembro do presente ano (2017), o juiz da 14ª vara do Distrito Federal, Waldemar Cláudio de Carvalho, concedeu (pela ação judicial de um grupo de psicólogos/as do Distrito Federal) uma liminar³ que daria permissão legal a psicólogos/as para oferecerem pseudoterapias de reversão sexual, que ficaram conhecidas popularmente como “cura gay”.

A partir disso, é extremamente importante ressaltar também o parágrafo único da Resolução 01/99 do CFP: “Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”.

Compreende-se que, por mais que a palavra “homoeróticas” tenha sido escolhida em 1999, atualmente entende-se que todas as identidades sexuais e de gênero, estão contempladas na Resolução. Assim, o combate ativo à LGBTfobia deveria ser responsabilidade não só dos/as pesquisadores/as do tema, mas de toda a categoria profissional dos/as psicólogos/as.

Este combate é necessário, pois os efeitos da discriminação podem ser devastadores, muito além de simples constrangimento. Toledo e Pinafi (2012), por exemplo, em seu trabalho sobre o público LGBT na clínica, ressaltam que o foco do estudo sobre o impacto do preconceito em pessoas LGBTs não é a raiva e demais sentimentos negativos, naturais e esperados em quem sofre este tipo de preconceito. É, contudo, as consequências de tais sentimentos no público LGBT (Castañeda, 2007, citado por Toledo e Pinafi, 2012).

³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html

De forma mais específica, autoras apontam para uma interiorização da violência sofrida, seja ela física ou emocional, “reprimindo-a ou deslocando essa violência aos outros ou a si mesmos – produzindo depressão e atitudes autodestrutivas” (Toledo & Pinafi, 2012, p.151). Não à toa, os níveis de suicídio entre jovens homossexuais é três vezes maior e até 30% dos suicídios de jovens está relacionado com a identidade sexual (Sanders, 1994, citado por Toledo & Pinafi, 2012). Ainda, tal preconceito internalizado pode levar a um uso abusivo de substâncias, comportamento não incomum dentre pessoas da comunidade LGBT (Cardoso & Ferro, 2012).

No que se refere à abordagem psicoterápica da Gestalt, no que diz respeito aos processos clínicos enfatizados nesse trabalho, podemos ter uma ideia mais clara sobre o que é saúde e como a LGBTfobia pode afetá-la. Lima (2014) apresenta que a Gestalt entende por saúde um estado em que se é possível “sentir-se em casa” em qualquer lugar do mundo. Esse estado depende do quão bem as necessidades do indivíduo estão sendo supridas em sua relação com o ambiente em que está inserido.

Dessa maneira, fica mais fácil compreender como a negação de direitos e afetos e as violências inerentes aos processos discriminatórios podem prejudicar a saúde do sujeito. Afinal, quando se fica em casa por medo do que poderão lhe fazer apenas por se ter uma identidade de gênero ou uma identidade sexual diferente da hegemônica, as trocas entre indivíduo e ambiente já estão muito limitadas.

Estudos sobre o adoecimento psíquico em pessoas LGBTs tendem a ser, em sua maioria, quantitativos, com aplicações de questionários e com um número significativo de participantes. A relevância científica de uma proposta qualitativa como a desse trabalho se pauta na exploração mais profunda das informações que foram construídas através das entrevistas realizadas (Minayo, 2007). Além disso, temas como esse não estão dentre os mais explorados, de modo geral no contexto acadêmico, ainda mais

quando se trabalha a partir de referenciais teóricos específicos, como, nesse caso, a psicologia cultural e a abordagem clínica da Gestalt-terapia.

Dessa maneira, considerando os saberes que foram construídos a partir da pesquisa realizada, este trabalho tentou abordar novas compreensões que somassem ao acervo das pesquisas já existentes. Ainda, visou-se estimular o fluxo de pesquisas relacionadas à temática focalizada.

Como uma parte importante da prevenção e resolução de um problema se dá a partir da compreensão de suas causas, é importante apontar a relevância social deste trabalho: a compreensão de como ocorrem os processos de adoecimento psíquico decorrentes da discriminação contra LGBTs que acometem milhões de pessoas em todo o mundo. Pesquisas como essa podem nos ajudar a compreender o adoecimento psíquico de muitos indivíduos e, a partir disso, capacitar pessoas e, de modo mais específico psicólogos/as, de maneira cada vez mais eficaz para:

- 1) Prevenir, identificando fatores de risco e primeiros sinais de adoecimento, além de avaliar estratégias de apoio e suporte social antes que o quadro se concretize. Ou seja, combater a LGBTfobia antes mesmo que se manifeste, assegurando que a saúde das pessoas não seja posta em situações de risco. Além disso, o trabalho de prevenção não está apenas em evitar os problemas, mas também em promover um ambiente favorável, dialógico e saudável para a coexistência respeitosa da pluralidade de identidades sexuais e de gênero.
- 2) Tratar, por meio de intervenções psicoterapêuticas quadros de sofrimento psíquico já estabelecidos, casos clínicos provenientes da segregação, não aceitação, e discriminação contemplados no fenômeno da LGBTfobia.

Considerando as justificativas para se investigar o problema de pesquisa delimitado, será apresentada a seguir a fundamentação teórica do presente trabalho. A discussão teórica foi dividida em tópicos para melhor estruturação e compreensão do conteúdo, são eles: a Psicologia Cultural, Preconceitos e os Processos Identitários; Homofobia; Bifobia; Transfobia; e Gestalt-terapia: Implicações Psicológicas da Convivência com o Contexto LGBTfóbico.

O objetivo geral deste trabalho foi compreender a LGBTfobia e como ela pode adoecer psicologicamente as vítimas de discriminação. Os objetivos específicos foram:

- Explorar as concepções sobre as vivências LGBTfóbicas dos/as participantes da comunidade LGBT através de entrevistas individuais semiestruturadas.
- Explorar e discutir a visão profissional de psicólogos/as da Gestalt sobre os possíveis sofrimentos psíquicos, tratamentos e prevenções associadas aos fenômenos LGBTfóbicos através da teoria gestáltica e de entrevistas individuais semiestruturadas.

1. A Psicologia Cultural, Preconceitos e os Processos Identitários

O presente trabalho tem seus alicerces na psicologia cultural, que compreende que não pode haver um desenvolvimento psicológico tipicamente humano sem a imersão do sujeito em uma cultura. Valsiner (2012) discute que a cultura fornece ferramentas indispensáveis às vivências humanas. Para o autor, a constituição da subjetividade envolve a integração de mediadores semióticos, ou seja, funções psicológicas organizadas dentro de uma cultura pelas quais interagimos, atribuímos sentido pessoal, traçamos planos, elaboramos e expressamos ideias. Assim, agimos sobre a cultura ao mesmo tempo em que ela age sobre nós. Mattos (2013) apresenta este conceito da seguinte maneira:

Para entender como os processos semióticos promovem a regulação da experiência é necessário levar em consideração que os seres humanos estão constantemente criando signos para dar sentido às suas experiências, em um processo de simbolização contínuo e abundante. A experiência imediata do mundo é eminentemente “caótica” e a construção de sentidos emerge justamente para que a pessoa se torne capaz de lidar com esse “caos” da experiência imediata (Mattos, 2013, p.49).

Para Valsiner (2012, p.28), “o termo cultura pode referir-se à mediação semiótica (por signos), que é parte do sistema das funções psicológicas organizadas”. A mediação semiótica, para o autor, ocorre de forma intrapsicológica, referente aos sentimentos, pensamentos, ao uso da memória, a organização de valores, ao planejamento, etc. Também ocorre na esfera interpsicológica, referente às relações

humanas e as infinitas formas em que se manifestam as interações cotidianas. Além disso, a mediação semiótica pode ser também:

(...) Uma ferramenta utilizada pelas instituições sociais no âmbito das ações orientadas por metas, na tentativa de regular as funções psicológicas, tanto inter quanto intrapessoais. As instituições estabelecem regras sociais para interação, monitoram sua manutenção e colocam expectativas para que a atividade e interação situadas conduzam à transformação intrapsicológica dos sistemas culturais pessoais (Valsiner, 2012, p.30).

Valsiner e Cabell (2012), Valsiner (2007) e Zittoun et al. (2009) (citados por Mattos, 2013) apresentam como esse processo de simbolização estrutura uma hierarquia semiótica. Essa hierarquia é o nome atribuído ao processo de superioridade dentre os sentidos atribuídos pelo sujeito. Alguns deles ocupam uma posição inferior, sendo criados e utilizados para logo serem descartados após alguma experiência específica. Ao passo que sentidos superiores nessa hierarquia são mais estáveis e generalizantes, podendo perdurar e ter valor significativo na estruturação subjetiva ao longo do desenvolvimento psicológico do indivíduo (Mattos, 2013).

Portanto, para a Psicologia Cultural, a cultura é eminentemente sistêmica. Uma rede cujos pontos são interligados. A cultura como tal é entendida como pertencente ao sistema psicológico de cada pessoa, desempenhando um papel funcional (Valsiner, 2012). A partir disso, compreende-se que as diversas interações em sociedade “fornecem material” (Valsiner, 2012, p.28) para os sistemas psicológicos. Dessa forma, quando uma pessoa conversa, entendemos que está ocorrendo a mediação por signos (palavras, mas também tons de voz, expressões faciais, gestos) na interação do

intrapicológico com o interpsicológico (Valsiner, 2012). Logo, tal mediação fornece a “matéria prima” para os sistemas psicológicos de cada um/a dos/das participantes da conversa. Nesse sentido, o foco básico da psicologia cultural é a experiência humana vivida (Valsiner, 2012), para além do comportamento estudado isoladamente.

Deci e Flaste (1998), estudando o comportamento e a experiência humana, apresentam alguns pontos de interface com a Psicologia Cultural. Em suas pesquisas sobre motivação, os autores apresentam a importância da experiência humana e da singularidade para explicar o porquê de fazermos o que fazemos.

A partir da constituição biopsicológica e os processos de socialização em determinados contextos culturais, Deci e Flaste (1998) apresentam a motivação intrínseca singular e individual como propulsora de comportamentos que são reforçadores de si mesmos. O que, em paralelo com que foi apresentado por Mattos (2013), significa dizer que os processos semióticos vivenciados pelos indivíduos podem se dar de tal maneira que determinados comportamentos podem ter um sentido reforçador apenas a partir da vivência específica e individual da pessoa. Ou seja, sem contato com estímulos reforçadores ou suspensão de estímulos aversivos exteriores e socialmente compartilhados.

Por exemplo: pintar um quadro ou soltar pipa quando não há nada nem ninguém que reforce este comportamento, a não ser o próprio comportamento. Este, por sua vez, adquiriu função prazerosa, reforçadora, a partir da mediação semiótica, dos sentidos atribuídos a ele, da vivência experiencial humana temporal e individual. A partir disso, Deci e Flaste (1998) apresentam que nos casos de comportamentos advindos de motivação intrínseca, o sentimento de ser a força motriz inicial de um comportamento acompanha a satisfação. A isso podemos chamar de autenticidade, conceito que será explorado posteriormente, quando forem focalizadas as contribuições da Gestalt-terapia.

Assim, o foco da Psicologia Cultural é profundamente fenomenológico (Valsiner, 2012). De forma similar é a Psicologia da Gestalt, outra base teórica dessa pesquisa. Dessa forma, para Valsiner (2012), a experiência humana e os processos de mediação semiótica não são unidirecionais, estão em constante processo de recriação, tendo como alicerces os contextos culturais, também em constantes trocas e transformações.

Esta troca entre o individual e o cultural está em consonância com o que é apresentado por Bruner (1997), outro autor importante da Psicologia Cultural. O autor em questão destaca a importância de uma mentalidade aberta em várias esferas da vida; da arte até a política, passando pela ciência e pela filosofia. Para Bruner (1997), essa mentalidade permite a construção de valores e conhecimentos a partir de múltiplas perspectivas e trocas, sem que, necessariamente, se percam os nossos valores pessoais. É a “pedra fundamental do que nós denominamos cultura democrática” (p.34). Portanto, a partir dessa mentalidade e do construtivismo da psicologia cultural, o autor argumenta que não é necessário concebermos uma única maneira de construir significados. Com significados elaborados a partir de múltiplas concepções de mundo, estaríamos mais capacitados frente às “mudanças e rupturas que se tornaram uma característica tão presente na vida moderna” (Bruner, 1997, p.35).

Assim, partindo das contribuições do autor, a incapacidade de lidar com tais mudanças e rupturas (ou ainda a ausência do desejo de lidar) é um dos fatores constituintes do preconceito. Podem, ainda, estarem associados outros fatores, como crenças preconcebidas (Myers, 2014) e socialmente compartilhadas sobre o fenômeno, antes mesmo que ele se manifeste. Como, por exemplo, as crenças sobre a homossexualidade as quais crianças são, muitas vezes, submetidas antes mesmo de conhecer uma pessoa homossexual.

Basicamente, a discriminação é uma expressão contrária da mentalidade aberta defendida por Bruner (1997). É o desejo de se manter o que está sendo mudado, de “corrigir” as rupturas. É, vendo-se prejudicado pela novidade, o esforço de apagar a figura que está surgindo e reestabelecer o padrão anterior. Este “desequilíbrio psíquico” (Bruner, 1997, p. 36), resultante da não identificação com esse mundo emergente e sua consequente tentativa de regresso, podem gerar as já conhecidas manifestações violentas típicas das discriminações.

Mas por que alguns fenômenos e expressões humanas, ao surgirem, encontram tentativas de supressões ao passo que outras são bem vindas? Para Valsiner (2012), os símbolos, que são signos arbitrários, tomam parte importante nessa relação. Para o autor, atribuições de valor (positivo ou negativo) se tornam símbolos com poder de regular, de diferentes formas, as interações. Dessa forma, podemos compreender como os homossexuais, por exemplo, são percebidos de formas diferentes em diferentes contextos e épocas. As variáveis em questão são os valores a eles atribuídos, que mudam de lugar para lugar, de pessoa para pessoa.

Um mundo onde não haja preconceitos não significa um mundo onde sejamos todos iguais, mas um mundo onde as diferenças são respeitadas e, em si, não são motivos para haver sobreposições de um grupo em detrimento de outros. Conforme a discussão elaborada por Galinkin e Zauli (2011), as múltiplas identidades de cada sujeito se constroem de maneira fluida e em constante transformação a partir da relação entre o “eu” e o “outro”. Ou seja, as autoras apresentam que é a partir da relação com o diferente que se desenvolvem as noções de identidade e alteridade. Portanto, as relações sociais permitem elaborarmos o que somos e o que não somos, o que gostamos ou não e o que achamos certo ou errado.

Similarmente, Sawaia (2014) apresenta a necessidade de abordar a relação entre alteridade e identidade. A autora argumenta que é preciso compreender a identidade como um processo dinâmico que “age como elemento ordenador em relação aos valores, afetos e motivações do sujeito individual ou coletivo” (Sawaia, 2014, p. 128). Assim, de acordo com a autora, a identidade tende a se rebelar contra modelos impostos de futuro, exigindo seu próprio futuro, construído sem direcionamentos obrigatórios. Essa rebeldia caracteriza a alteridade pela qual se pode ser reconhecido sem a necessidade de discriminar ou ser discriminado.

Dessa forma, não existe um eu sem o outro, a marcação simbólica da diferença é crucial para a existência e para a percepção de si (Galinkin & Zauli, 2011). As diferenças entre sujeitos e grupos sempre existirão, o que é fundamental para o desenvolvimento psicológico humano. Assim, não são nas diferenças que estão os determinantes do preconceito. Se quisermos estudar tais determinantes, devemos nos voltar ao entendimento do preconceito como uma atitude. Ou seja, compreender os afetos, as intenções comportamentais e as cognições (crenças) que o envolvem (Myers, 2014).

Madureira (2007a) e Valsiner (2007) nos ajudam a compreender essa questão, uma vez que apresentam os preconceitos e as discriminações como fenômenos sociais que podem ser interpretados como fenômenos de fronteira. O que quer dizer que são estabelecidas fronteiras simbólicas, mediadas pela cultura, entre o que o sujeito se identifica e o que ele não se identifica, em termos afetivos e cognitivos, sobre gênero, orientação sexual, classe social, dentre outros marcadores sociais (Madureira, 2007a). Dessa maneira, as interações, as trocas entre um lado e outro da fronteira é inversamente proporcional à rigidez e impermeabilidade da mesma.

Ainda sobre estes fenômenos fronteirços, Valsiner (2007) apresenta que essa compreensão acerca de tais “membranas psicológicas” é essencial no estudo do desenvolvimento psicológico humano. Para o autor, tais fronteiras permitem e/ou suprimem as relações entre as partes adjacentes em um sistema dinâmico. Isso, pois, analogamente à biologia e, de forma mais precisa, a citologia, o autor apresenta que membranas tem um importante papel nos seres vivos, posto que selecionam as substâncias que por ela passarão (Valsiner, 2007).

Tal sistema dinâmico não é em si um problema, é parte importante do desenvolvimento humano e dos processos identitários. O trabalho não é de desfazer fronteiras, mas de desfazer a rigidez que faz as fronteiras se tornarem barreiras. Assim, relações harmônicas entre os lados adjacentes são promovidas, dificultando que discriminações se sucedam.

Os entendimentos sobre os afetos, as intenções comportamentais e as cognições (crenças) (Myers, 2014), anteriormente mencionados, tem fundamental papel nas variações de graus de rigidez dessas fronteiras, pois são estes mediadores importantes. Conforme a rigidez e a impermeabilidade aumentam (a partir, por exemplo, do sentimento de ameaça que o outro desperta em mim ou no grupo que pertenço), diminui-se o contato, a troca, a relação entre as partes. O que tende a levar ao enaltecimento do que o sujeito se identifica ao passo da condenação do que ele não se identifica. Eventualmente e em níveis extremos, o sentimento de ameaça que o outro considerado “diferente” provoca, pode motivar um lado a desejar e tentar dominar e exterminar o outro (Madureira & Branco, 2012). Isso porque a manutenção das fronteiras será uma prioridade diretamente proporcional à impermeabilidade das mesmas.

Na discussão desenvolvida por Galinkin e Zauli (2011), também pode-se compreender que na diferenciação entre um grupo e outro existe um processo de estereotipia do que é externo. Ou seja, há uma tendência a generalizar o grupo externo, considerando apenas o grupo a que o sujeito pertence como dotado de individualidades separadas dentro de um coletivo (Myers, 2014). A partir dessa visão da discriminação como fenômeno cultural relacionado aos processos identitários, poderemos compreender melhor as bases sociais e psicológicas dos preconceitos que serão abordados a frente.

Contudo, é preciso compreender que tais processos identitários acontecem tanto do lado dos que discriminam como do lado dos que são discriminados. Nesse sentido, em grupos que já vem há muito tempo sendo subjugados, pode-se observar a dimensão política que os processos identitários assumem. Malgrado os ataques às identidades LGBTs, por exemplo, os movimentos sociais de batalhas pelo reconhecimento de direitos tem se desenvolvido e desafiado os preconceitos e as discriminações das posições hegemônicas privilegiadas com cada vez mais tenacidade (Moreira & Câmara, 2008).

A partir disso, é relevante incorporar aqui compreensões sobre preconceito e discriminação. O preconceito é, de acordo com Myers (2014), um juízo de valor negativo, uma atitude de julgamentos preestabelecidos. Ao passo que a discriminação, é um comportamento, uma ação que tem como fonte as atitudes preconceituosas.

Myers (2014) discute, também, que uma das bases do preconceito são as crenças negativas sobre um grupo, ou seja, os estereótipos negativos. Estereótipos são generalizações, usados no mundo todo como um “atalho” linguístico e cognitivo. Muitas vezes, não são negativos. O que leva os estereótipos negativos a serem alicerces do preconceito é a supergeneralização, o equívoco, a simplificação elevada à última

potência como: “negros são bandidos”, “gays são promíscuos” ou “judeus são avarentos”. Afinal, isso é desconsiderar que os indivíduos do grupo estereotipado são muito mais diversos do que se espera (Myers, 2014).

O termo LGBTfobia carrega muitos sentidos, pois representa os preconceitos e as discriminações contra a sexualidade de lésbicas, gays e bissexuais e contra as identidades de gênero de pessoas transgênero. Dessa maneira, serão apresentados, a seguir e de forma mais específica, discussões teóricas sobre estes preconceitos de maneira mais detalhada.

2. Homofobia

Inicialmente, cabe mencionar que os próprios estudos sobre a homossexualidade são perpassados pela homofobia, como é discutido por Junqueira (2009a) quando se refere à sexualidade como objeto de estudo de pesquisas:

(...) quer sejam da área médica, clínica ou de outra, pesquisas relacionadas às esferas da sexualidade podem ser (e comumente são) fortemente afetadas pelos padrões morais e religiosos de cada época, sociedade ou grupo hegemônico. Percebê-lo certamente nos ajuda a compreender a obsessiva preocupação demonstrada por parte de cientistas das áreas biológicas, médicas ou clínicas em localizar as “causas naturais” (genéticas, hormonais, orgânicas, ambientais etc.) do desejo homoerótico. (...) No caso em questão, essa busca produziu, até o momento, mais de setenta diferentes teorias sobre as causas da homossexualidade, sem apresentar iguais esforços para se descobrir as da heterossexualidade. Essa unidirecionalidade leva a pensar que estamos, mais uma vez, em busca de sua cura e não de sua compreensão (Junqueira, 2009a, pp. 371-372).

O pensamento de que homossexuais são doentes e, portanto, precisam de cura, data desde que o termo “homossexual” foi concebido, na segunda metade do século XIX, conforme é analisado por Foucaut (1997, citado por Madureira e Branco, 2007). De acordo o autor, buscou-se, então, definir a essência da homossexualidade, descobrir seus atributos, as características universais das identidades sexuais. Resta-nos apenas

supor, se não para segregar e “curar”, que outras finalidades teriam tais investidas das ciências que se propuseram a estudar as sexualidades?

A afirmação de Junqueira (2009a), portanto, corresponde a uma realidade que muitos/as psicólogos/as não estão cientes, ou, infelizmente, preferem ignorar. Os/as representantes de instituições e/ou profissionais que se dizem capazes de “curar” a homossexualidade alheia, inclusive alguns/mas psicólogos/as, estão desatentos/as às Resoluções do Conselho Federal de Psicologia. Mais especificamente à Resolução 01/99 (Anexo A). Tais profissionais são um exemplo extremo, porem não raro, de segmentos da sociedade que anseiam por se livrar da homossexualidade.

Uma vez que a violência e o medo não tem dado conta de suprir essa demanda preconceituosa, este tipo de posicionamento profissional pode ser interpretado como um apelo à ciência pela “cura” dessa, entendida culturalmente como, “chaga social”. Assim, as discriminações, com intenções antigas, mas com uma “nova cara” desde a modernidade, conseguem, em subterfúgios (como é, por exemplo, este apelo à ciência) serem expressas de forma socialmente legitimada pelos grupos hegemônicos.

Borrillo (2009) apresenta que a homofobia é o preconceito contra pessoas que exercem comportamentos homoafetivos. É importante ressaltar que não apenas pessoas com desejos homossexuais estão sujeitas à homofobia, pois esta se dá também como um sistema análogo a uma “espécie de ‘vigilância do gênero’” (Borrillo, 2009). Essa ideia está em consonância com o que é discutido por Madureira (2007a), quando a autora apresenta como a homofobia pode desencorajar a intimidade entre pessoas do mesmo gênero por medo de serem taxados como gays ou lésbicas.

Dessa forma, socialmente se constrói a ideia de que há papéis específicos para serem desempenhados pelas pessoas levando em conta apenas seu sexo (macho ou fêmea), e qualquer “desvio” comportamental não passará despercebido pela comunidade

a nossa volta. Havendo, assim, espaço, muitas vezes, para práticas discriminatórias socialmente “legitimadas” nas mais variadas formas.

Ainda de acordo com Borrillo (2009), as comunidades apresentam muitas maneiras de manifestar suas coerções. Para o autor, é importante apontar que o preconceito se dá tanto na condenação aos homossexuais (homofobia psicológica) quanto na ausência de surpresa com o fato de que homossexuais não usufruem dos mesmos direitos que os heterossexuais (homofobia social).

Tal supressão que homossexuais (mas também, de diferentes formas, as outras identidades não-hegemônicas) encontram é, para Bourdieu (2005), uma tentativa de invisibilização. Isso, pois, desses grupos é exigido violenta e constantemente a discrição. Para o autor, os dominados, quando não estão lutando pela visibilidade e reconhecimento, estão se equilibrando entre o medo de serem descobertos como “foras da norma” e o desejo de serem reconhecidos por seus semelhantes.

Nesse sentido, a homofobia é pluralizada, podendo ser percebida sem muito esforço em uma escala macrossocial, mas podendo, também, ser percebida no campo das socializações mais celulares e nos mais restritos contextos de convívio social. Sedgwick (2007) contribui para essa discussão quando apresenta que, mesmo os/as gays/lésbicas mais assumidos/as, muito provavelmente, escondem suas identidades afetivossexuais de pelo menos alguns/mas poucos/as que são importantes para eles/elas no seu ciclo de convivência.

Tal fenômeno é apresentado por Madureira e Branco (2007, p. 86) como uma “rede intrincada de ditos e não ditos”. O constante esforço psicológico de lembrar quem sabe ou não sobre sua identidade sexual não-hegemônica, associado com o esforço contínuo de esconder das pessoas com que se tem forte vínculo afetivo é, para as

autoras, um foco significativo de sofrimento psíquico. Assim, tal rede pode ser compreendida como um foco ansiogênico (Madureira & Branco, 2007).

Além disso, é preciso “sair do armário” novamente em cada novo contexto e, ainda, ter que lidar constantemente com a incerteza de que sua identidade é relevante ou não para quem está diante dele/dela, preocupando-se, assim, com as reações das pessoas a sua volta (Sedgwick, 2007). Para ilustrar essa questão, basta imaginar, por exemplo, a ida a um banco, a um cartório, ou a qualquer situação em que o mais assumido dos indivíduos apresente um documento que indique uma união estável com outra pessoa do mesmo gênero. É fácil imaginar que seu/sua interlocutor/a pode, então, apresentar um tratamento diferenciado.

Dessa forma, compreendemos, no presente trabalho, a LGBTfobia como o conjunto de sentimentos como raiva, nojo, desconforto, medo, ódio, desdém e descaso pelas pessoas que não se encontram dentro dos conceitos rígidos ancorados na heteronormatividade e na lógica binária de gênero. Tal lógica binária prevê a masculinidade e a feminilidade como polos dicotômicos que se contrapõe (Louro, 1997). O que escapa, nessa lógica culturalmente estabelecida, é o fato destes polos conterem um ao outro, além de serem fragmentos (de masculinidade ou feminilidade) agrupados e construídos, dotados de fluidez relacional, e não uma forma singular, indivisível e estática (Louro, 2004).

De maneira análoga, em um artigo teórico clássico, Scott (1995) discute que os estudos sobre gênero sugerem que toda informação sobre mulheres também diz respeito aos homens e vice-versa, pois um implica o estudo do outro. Gênero é, portanto, um conceito eminentemente relacional. Sendo assim, entendendo que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens e vice versa, pode-se notar que o binarismo rígido que interpreta a masculinidade e a feminilidade como polos estáticos, opostos,

não fragmentados e rigidamente separados é uma concepção de gênero bastante reducionista.

Tal lógica binária prevê um essencialismo biológico, ou seja, que o órgão sexual está indivisivelmente atrelado à identidade de gênero e esse, por sua vez, direciona a sexualidade no suposto sentido “natural” e “único” do gênero oposto. Esta concepção está presente no Brasil e em muitos outros contextos culturais, sendo comumente entendida como uma ordem “natural” (Louro, 2004).

Dessa maneira, pessoas nascem em um mundo em que não se fala de outras possibilidades, a partir da crença cultural de que falar sobre “isso” poderia estimular uma pessoa a ter uma identidade x, y ou z. No entanto, tais processos identitários continuam acontecendo, mesmo em sociedades que abafam e punem tais identidades, como é o caso do Brasil. Tal tentativa de suprimir sexualidades e identidades de gênero não-hegemônicas é, portanto, ineficaz.

Ainda sobre preconceitos e discriminações, Borrillo (2009) destaca que a homofobia e o sexismo são fenômenos que propulsionam um ao outro. Há, portanto, dificuldade de observá-los separados em suas manifestações cotidianas. Esses fenômenos podem ser separados, em termos analíticos, na pesquisa científica, mas, nas práticas vivenciais, a simbiose e a retroalimentação desses fenômenos são naturalizadas.

As vinculações entre homofobia e sexismo podem ser compreendidas, de acordo com Madureira (2007a) da seguinte maneira: conforme a segregação entre os gêneros aumenta, também aumenta a “necessidade” da homofobia. Isso, pois, com espaços separados e reservados exclusivamente para homens ou para mulheres, é “preciso” que haja determinado controle das sexualidades nesses espaços. Assim, “se garante” que esses espaços de homens ou mulheres estarão seguindo a heteronorma, se distanciando da homossexualidade.

Nesse sentido, vale questionar: Será que todo esse controle sinaliza uma visão da homossexualidade como algo tentador? De outra maneira, seria necessário controlar? A outra opção plausível seria o medo de perder os múltiplos símbolos de status associados à masculinidade hegemônica e à heterossexualidade, discutidos a seguir.

Portanto, o sexismo está presente na cultura brasileira de forma que as práticas sociais arquitetam, frequentemente, a suposta superioridade masculina em detrimento do que é considerado feminino. No mesmo sentido, Madureira (2007a), em sintonia com o que foi discutido por Scott (1995), conceitua o sexismo como sendo a distinção rígida entre os gêneros de forma integrada às relações de poder desiguais e aos preconceitos construídos para demarcar essas relações desiguais.

Sendo assim, Borrillo (2009) e Madureira (2007a, 2007b) discutem que o desconforto de ver um homem em uma relação com outro está associado ao sentimento de “negação/traição da masculinidade”. Isso porque se perpetua socialmente (não necessariamente de forma aberta e discutida) que a masculinidade estará sempre em oposição ao que for considerado feminino. Discussão também desenvolvida por Lago (1999) quando apresenta que a masculinidade é definida muito mais pelo o que não é, do que pelo o que de fato é. Assim, considera-se, frequentemente, a atividade como atributo masculino, isso porque a passividade é socialmente associada ao feminino.

No mesmo sentido, Parker (1991) apresenta que mesmo em uma relação homossexual, um homem pode manter a imagem social de “macho” se perpetuar a prática sexual da penetração, tida como “ativa”. Porém, praticar o ato receptivo, tido como “passivo”, destituirá esse homem do atributo viril e másculo de quem penetra. Isso se deve a uma concepção fortemente associada ao sistema binário de gênero que atrela o masculino com a atividade e com o poder e o feminino com a passividade e com

a delicadeza. Portanto, a “passividade” de um homem homossexual simboliza a perda de status e de poder, uma vez que esta prática é associada socialmente ao feminino.

Para Lago (1999), essa negação do feminino ocorre para demarcar bem e rigidamente as fronteiras entre a masculinidade e a feminilidade, sendo, também, um processo que visa proteger a masculinidade de questionamentos. Assim sendo, qualquer relação que associa a um homem o papel de “passividade” (atributo tido culturalmente como feminino), inclusive em relações heterossexuais, será passível de sofrer discriminações.

Nesse sentido, Junqueira (2009b), ao analisar o contexto escolar e os processos identitários que as crianças nele têm contato, apresenta que a escola é um dos lugares em que as identidades heterossexuais se constroem. Isso se dá a partir do constante “exorcismo” da homossexualidade e da feminilidade, essa construção conta com ferramentas entendidas como “inofensivas”, ou seja, incontáveis piadas e “brincadeiras” homofóbicas e misóginas. Ao mesmo tempo, os garotos aprendem na escola como as demonstrações afetivas são limitadas apenas às que correspondem à figura do “macho” (Parker, 1991).

Além disso, não bastando essa forte e rígida demarcação de fronteiras simbólicas (Madureira & Branco, 2012) e o afastamento dos atributos femininos para conceber o que é masculino, outras figuras envolvem, de maneira secundária, a constituição das identidades de gênero. Dessa maneira, Parker (1991) discute que para entender as construções do gênero masculino na sociedade brasileira é necessário incorporar na discussão figuras como a do “machão”, concebida como positiva, desejável e almejada, e as do “corno”, e da “bicha”, concebidas como negativas, indesejáveis e que devem ser repelidas.

De forma similar, as mulheres, ao longo de seu desenvolvimento, constroem sua identidade de gênero levando em conta as figuras da “virgem”, positiva, valorizada e idealizada, e as figuras da “piranha” e do “sapatão”, tidas como negativas, sem mérito e estigmatizantes (Parker, 1991).

Já o desconforto, no Brasil, ao ver duas mulheres se relacionando em termos afetivossexuais está associado ao sentimento de que elas estão “reivindicando um lugar a que não pertencem”. Isso porque uma relação entre mulheres sem a figura masculina (socialmente associada à atividade) é considerada um ato de transgressão, afinal estaria colocando o binômio atividade-passividade em xeque (Parker, 1991)

Tal transgressão pode ser percebida mesmo em relações heterossexuais, quando a mulher “toma iniciativa”, e, portanto, arrisca sofrer coerções no seu contexto cultural. Tal contexto estimula, muitas vezes, uma sexualidade feminina o mais apagada e escondida possível, e que deva servir de maneira passiva aos homens e somente a eles.

Madureira (2007b) aponta que a homofobia sofrida pelas mulheres lésbicas e bissexuais pode ser analisada como uma implicação indireta das tradicionais crenças sociais sobre a suposta passividade feminina, tida como “inerente” às mulheres. Tal implicação indireta se dá, pois essas crenças concebem a “atividade” sexual de mulheres lésbicas e bissexuais como promiscuidade (Madureira, 2007b).

A promiscuidade é o anti-modelo de feminilidade na cultura brasileira (Parker, 1991), culturalmente, essa característica é jamais desejada em mulheres. Da mesma forma, para essa cultura, é a primeira característica que deve ser corrigida, desde a infância, o que nos remete à lamentável frase, comumente ouvida: “sente-se como uma mocinha”. Nesse mesmo sentido, Bourdieu (2005) destaca que os corpos femininos, para a proteção de sua “pureza” precisam aprender a praticar o “fechamento” com comportamentos como pernas fechadas e braços cruzados sobre os peitos. Tudo para

distanciar do mundo social a vagina, tida como sagrada, para a proteger das corrupções, por meio da construção desta timidez corporal.

Borrillo (2009), Junqueira (2009a) e Parker (1991) discutem que a maneira menos explícita que a lesbofobia se expressa não é sinal de menos desprezo por parte da sociedade, mas sim de que além da não aceitação, a sexualidade das mulheres é constantemente desconsiderada e ignorada. Quando recebem algum destaque, as sexualidades lésbica e bissexual de mulheres estão em contextos eróticos e pornográficos. Ou seja, mais uma vez para servir ao prazer masculino.

Nesse sentido, Parker (1991) também apresenta que o termo “sapatão” faz referência apenas ao suposto estilo comportamental masculinizado e não se refere aos comportamentos sexuais. Diferentemente, o termo “viado” ou “bicha”, engloba tanto o estilo de agir como os comportamentos sexuais socialmente considerados efeminados. Isso se deve única e exclusivamente à concepção de que uma conduta sexual feminina onde não há homens desempenhando algum papel é “quase impensável na vida tradicional brasileira” (Parker, 1991, p. 87).

De acordo com Madureira (2007b), a conduta sexual ativa de mulheres é rapidamente associada à promiscuidade, uma das piores ofensas que uma mulher na sociedade brasileira pode receber. Ao passo que a falta de atividade ou a passividade em homens é associada à figura do “viado”, ou à figura do “virgem”, em um sentido pejorativo, classificação tida como um forte ataque à suposta virilidade masculina.

É interessante notar que a figura da virgem é esperada e desejada para as mulheres, e a figura de promíscuo é desejada para os homens, pois afirma sua suposta “virilidade”. Dessa maneira, condutas iguais, ou pelo menos muito parecidas, tem seus valores invertidos a depender do papel esperado socialmente para cada gênero, reforçando a visão dicotômica tradicional de passividade-atividade (Parker, 1991).

Ainda de acordo com Parker (1991), a sociedade brasileira considera que todas as relações sexuais se espelham, em suas práticas, na dicotomia atividade-passividade, penetração e penetrado/a, pois este é o referencial da masculinidade hegemônica e que dita as “regras do jogo”.

Welzer-Lang (2001) contribui nessa discussão, apontando, ainda, a vinculação existente entre a homofobia e o sexismo. Nesse sentido, o autor afirma que:

Nós estamos claramente em presença de um modelo político de gestão de corpos e desejos. E os homens que querem viver sexualidades não-heterocentradas são estigmatizados como não sendo homens normais, acusados de serem “passivos”, e ameaçados de serem associados a mulheres e tratados como elas. Pois se trata bem disto, ser homem corresponde ao fato de ser ativo (Welzer-Lang, 2001, p. 468).

Ainda nesse sentido, no imaginário popular, existe a ideia da “sapatilha” em oposição ao termo “sapatão”. Portanto, “a sapatilha”, em analogia à bailarina e à delicadeza, se refere à mulher “passiva” na relação e que mantém seu status como mulher feminina, ao passo que a “sapatão”, em referência à grandeza, dureza e resistência dos coturnos militares, diz respeito à mulher “ativa” na relação, que adotou o papel masculino e abriu mão de sua feminilidade (Parker, 1991).

Portanto, é preciso apontar que por mais que a homofobia atinja gays e lésbicas de maneiras tanto veladas e cheias de subterfúgios como de maneiras explicitamente violentas, esses fenômenos são exercidos e percebidos de diferentes maneiras pelos agressores e pelas pessoas de maneira geral. Seguindo esse pensamento, Borrillo (2009) chama atenção para o fato de que alguns/mas autores/as propuseram a divisão do termo

homofobia em gayfobia e lesbofobia. Isso se deve à maneira diferente que as discriminações se constroem, além da necessidade de diferenciação do duplo sofrimento que as lésbicas são submetidas e os gays não. Ou seja, o fato de além de serem homossexuais em uma sociedade homofóbica, são mulheres em uma sociedade machista.

3. Bifobia

É preciso apontar que, além da gayfobia e da lesbofobia, um outro grupo tem sua sexualidade colocada como alvo de preconceito e discriminação. Os bissexuais estão sujeitos à homofobia quando seus desejos homoeróticos chegam ao conhecimento de outras pessoas. No entanto, muitas pessoas, incluindo gays e lésbicas, acabam por não aceitar que uma pessoa possa apresentar desejos voltados tanto para mulheres como para homens.

A bifobia pode ser tão danosa ao indivíduo como a homofobia, pois também se pauta na exclusão e na não aceitação da sexualidade da pessoa. Esse preconceito também está relacionado à heteronormatividade, que não comporta sexualidades e afetividades que se direcionam a mais de um gênero.

Sobre a bissexualidade, a pesquisa realizada por Lago (1999) apresenta pontos relevantes. No estudo, utilizou-se uma metodologia quantitativa, com a aplicação de seis questionários (tanto para investigar informações sociodemográficas quanto comportamentais) em um universo de 1.000 homens que mantinham relações sexuais com homens e mulheres. Para complementar as informações, também foram utilizados os relatos das histórias de alguns dos participantes.

A pesquisa de Lago (1999) concluiu que a própria bissexualidade tem formas de expressão que podem variar de pessoa para pessoa, contrariamente à visão popular de que o desejo bissexual se divide igualmente para homens e para mulheres. A autora aponta que esse desejo pode se construir de maneira que haja preferências (em diferentes níveis) por um gênero em detrimento do outro, o que pode gerar práticas afetivossexuais muito singulares (Lago, 1999). Tais singularidades são acompanhadas por discriminações igualmente específicas. Bissexuais constantemente são

pressionados/as a “escolher um lado”, tanto por parte de heterossexuais como por parte de homossexuais.

Dentre os aspectos que dificultam o estudo da bifobia é a escassa bibliografia científica sobre o tema, constatada por Lago em 1999 e ainda perceptível atualmente. Por exemplo, durante a elaboração do projeto desta pesquisa, a procura por artigos científicos com o termo bifobia em seu título, no site do Google Acadêmico resultou em nenhuma pesquisa encontrada. Posteriormente, o pesquisador realizou a mesma busca, que resultou em uma única pesquisa de 2017, em espanhol. No site de busca de artigos científicos *Scientific Electronic Library Online, Scielo*, a pesquisa pelo termo bifobia não encontrou nenhum artigo relacionado. No segundo semestre de 2017, ao buscar por artigos com bifobia no título no site do Google Acadêmico, uma segunda pesquisa, desta vez de 2014, surgiu nos resultados, também em espanhol. As contribuições desses artigos serão apresentadas a seguir.

O trabalho de 2017 se trata de uma pesquisa quantitativa que, a partir da aplicação de um questionário de escala Likert, avaliou a bifobia em jovens universitários na Espanha (Barba, Diaz, Calvo, Garcia & Arnal, 2017). A pesquisa inicialmente apresenta como a bifobia é um tema recente e com uma bibliografia científica escassa, corroborando com o que foi apresentado por Lago (1999). Ainda, é apresentado como a discriminação sexual tem força até os dias atuais em contextos acadêmicos da União Européia, em contraste com o que normalmente se acredita. Ou seja, a fantasia de que lá existem sociedades completamente progressistas e abertas à diversidade sexual (Barba, Diaz, Calvo, Garcia & Arnal, 2017).

Os participantes foram 325 universitários com idades entre 18 e 25 anos e em sua maioria (91%), heterossexuais. O questionário continha questões como “os bissexuais se declaram assim porque não se atrevem a admitir a homossexualidade”

para os participantes julgarem entre 1 (não concordo em nada) e 10 (concordo completamente). Os resultados obtidos apontam que cerca de um terço dos participantes apresenta algum grau de bifobia e, separando a amostra por gênero, percebe-se que a bifobia é mais presente em homens, em relação às participantes do gênero feminino (Barba, Diaz, Calvo, Garcia & Arnal, 2017).

Já o segundo artigo, de 2014, apresenta uma análise qualitativa sobre as manifestações de homofobia, lesbofobia e bifobia no contexto da formação em bacharel em Serviço Social na *Universidad de Puerto Rico* (Prado, Salamán & Olavarría, 2014). O artigo discute sobre a falta de capacitação dos/as profissionais da educação em lidar com o tema, fenômeno já observado na literatura científica brasileira. Nesta pesquisa, cinco professores e cinco professoras participaram de uma entrevista semiestruturada, além de terem suas aulas observadas. Ainda, três alunos/as (cuja orientação sexual não foi critério para a seleção de participantes), matriculados/as no curso de Serviço Social participaram de uma entrevista semiestruturada com o objetivo de comparar seus discursos com o dos/das professores/as (Prado, Salamán & Olavarría, 2014).

Os autores apresentam que, mesmo o curso de Serviço Social sendo considerado um estandarte da justiça social e da promoção dos direitos iguais, seus/suas professores podem manifestar comportamentos discriminatórios (conscientes, mas não assumindo seu preconceito, ou mesmo sem se dar conta). Isso, pois todos/as eles/as passam por processos de socialização em uma cultura homofóbica amplamente compartilhada. Ou seja, um desenvolvimento carente de conscientização e sensibilização em relação às situações que a população com identidades de gênero ou sexuais diferentes das hegemônicas é submetida (Prado, Salamán & Olavarría, 2014).

Os resultados da pesquisa em questão apontam que tanto professores/as e alunos/as concordam que o curso de *Trabajo Social* é perpassado pelo heterossexismo e,

portanto, pela LGBfobia (preconceito contra lésbicas, gays e bissexuais), mesmo havendo resistência generalizada em admitir isso. Resistência baseada no temor da contradição, uma vez que o curso tem como objetivo capacitar profissionais a desconstruir preconceitos e combater discriminações. Essa condição tem relação com a falta de disciplinas no currículo que dialoguem sobre a realidade LGBT. Em consequência, se fez notar o relato dos/as alunos/as que expressaram não se sentirem capacitados/as a lidar com pessoas LGBTs (Prado, Salamán & Olavarría, 2014).

Existe a concepção difundida de que bissexuais são menos confiáveis e suscetíveis a trair seus/suas parceiros/as, além da ideia de que estão dentre os que mais disseminam DSTs. Quanto a essa hipótese, Lago verificou não ser verdadeira em 1999, já que seu estudo aponta que bissexuais não estão mais inclinados a abrir mão dos métodos preventivos de DSTs do que homossexuais, mas há a necessidade de novas pesquisas para estudar o cenário contemporâneo.

Além disso, cabe mencionar que não existe, em muitos contextos, o reconhecimento da existência tanto da bissexualidade como da bifobia, tanto dentro quanto fora da comunidade LGBT. É comum encontrar pessoas que não querem se relacionar com bissexuais por diversos motivos e ainda quem apresente que essas aversões são apenas manifestações de gayfobia ou lesbofobia.

Ainda, bissexuais são socialmente associados a personalidades confusas e/ou complicadas por “não saberem” ou “não quererem” assumir o que realmente gostam, concepção expressa por uma participante da pesquisa mencionada no artigo metodológico elaborado por Madureira e Branco (2001). Discursos como esses fomentam a bifobia e acabam sendo reproduzidos, inclusive, dentro da comunidade LGBT.

4. Transfobia

Em relação à transgeneridade estamos falando de pessoas que sentem e se identificam com um gênero que não o designado na ocasião do nascimento, quando foi considerado apenas o sexo biológico das espécies (fêmea/macho) (Modesto, 2013).

Dessa maneira, é importante ressaltar a independência entre aparato biológico, identidades de gênero e identidades afetivossexuais e como as identidades se constroem ao longo do percurso de vida de cada indivíduo. Partindo desta independência, podemos compreender os equívocos que fomentam a transfobia no cotidiano. Tais equívocos são decorrentes do pensamento generalizado de que há um padrão “natural” que corresponde de modo rígido ao aparato biológico como único direcionador dos comportamentos afetivossexuais e de gênero.

A partir disso, a transfobia é o preconceito contra as identidades de gênero *trans* e, por mais que no senso comum esteja relacionada com a homossexualidade, independe da orientação sexual da vítima (Franco & Cicillini, 2015). Ainda, a transfobia tem dimensões profundas que não acometem da mesma forma as outras categorias anteriormente apresentadas.

Como Jesus (2013) discute, muitos dos direitos fundamentais de pessoas *trans* são negados ou burocratizados, por exemplo, através de processos de mudança de nome extremamente prolongados. A dificuldade de usar o nome social e adequar seus registros civis está presente na vida de toda pessoa transgênero. Há, ainda, a generalizada dificuldade em usar, por exemplo, banheiros públicos. Além disso, pessoas transgênero são constantemente submetidas à chance de sofrer ameaças de morte e todas as manifestações de preconceito que são englobadas na homofobia.

Jesus (2013) problematiza, ainda, a exclusão estrutural a que pessoas *trans* são submetidas, ou seja, a exclusão na escola e no mercado de trabalho. O que é corroborado pelos discursos das professoras *trans*, que participaram da pesquisa de Franco e Cicillini (2015). Essa pesquisa foi realizada analisando fontes bibliográficas e documentais, além de entrevistas e questionários com 12 professoras *trans* das cinco regiões do Brasil.

Tais análises revelam as inúmeras violações que perpassaram a formação escolar e acadêmica dessas professoras: verbais, não verbais e físicas, constantemente acompanhadas da omissão do corpo docente (quando este não era um dos agentes violadores). Essas violações são apresentadas pelas autoras como principais motivos da evasão do sistema de ensino por parte das pessoas *trans* (Franco e Cicillini, 2015).

Um agravante na vida de pessoas LGBTs, mas mais evidente ainda no universo das travestis e pessoas transgênero é o fato de haver uma constante negação da implementação de medidas que protejam seus direitos, como é discutido por Junqueira (2010a). De acordo com o autor, é constante o fluxo de discussões sobre as necessidades de haver políticas antidiscriminatórias no país.

Porém, na prática, quando os agentes públicos brasileiros concordam em reconhecer a urgência dessas necessidades, as discussões, que antes eram fomentadas por opiniões divergentes, cessam, sem que medidas práticas posteriores sejam tomadas (Junqueira, 2010a). Dessa maneira, pessoas transgênero, que são assassinadas sistematicamente no Brasil, continuam sem respaldo e atenção, pois a sua necessidade de proteção, infelizmente, não vai muito além do plano das intenções por parte dos agentes públicos.

Bento (2008) apresenta que a transexualidade figura, ainda, como doença e transtorno em manuais diagnósticos como o Código Internacional de Doenças (CID-10)

e no Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM-IV). Tais documentos, por considerarem as identidades *trans* como doentias, consideram também a universalidade dos “sintomas”.

Portanto, o que se conclui sobre esse caráter “universal” desses manuais é que, supostamente e, contrariando as contribuições da psicologia sobre os processos identitários como dotados de fluidez, as construções das identidades *trans* independem de cultura, tempo ou espaço. Ressalta-se, ainda, que esses documentos preveem orientações para os tratamentos dos supostos “transtornos” de gênero (Bento, 2008).

Consta, até hoje, em 2017, em novas versões dos manuais, CID-11 e o DSM-V, a transexualidade como patologia (Silva & Mello, 2017). Dessa vez, no DSM-V, está descrita como disforia de gênero, e não mais como transtorno de identidade.

Bento (2008) também apresenta que, no Brasil, não existe o reconhecimento das identidades *trans*, apenas sua autorização. Ou seja, fica a critério dos órgãos de saúde e de direito definir quem é ou não transexual, condicionando isso, muitas vezes, à cirurgia de transgenitalização. Em contraponto, há países como Alemanha, Inglaterra, Itália e Espanha que assumem essa discussão como uma questão dos direitos humanos e não como uma enfermidade. Bento (2008, p. 152) aponta que as principais consequências práticas disso são “legislações que normatizam o gênero fora dos marcos patologizantes”.

Em pesquisa recente, Silva e Mello (2017) buscaram compreender a opinião de nove psicólogos/as clínicos/as a respeito da despatologização da transexualidade. De natureza quantitativa e qualitativa, a pesquisa de campo contou com um questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas, além da análise do material construído ter sido feita com o método de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977).

Nessa pesquisa concluiu-se que, por mais os/as profissionais entrevistados/as tenham interesse em ver as identidades *trans* fora do espectro da patologia, há ainda confusão entre os termos sobre gênero e sexualidades (Silva & Mello, 2017). Tal resultado aponta para a necessidade de implementar contribuições nas formações dos/das psicólogas, trazendo para a o currículo matérias obrigatórias que discutissem sexualidades e identidades de gênero diferentes das hegemônicas. Sobre esses temas, é importante mencionar que a formação de psicólogos/as deixa a desejar.

Bento (2008) apresenta que, no Brasil, ser *trans* é um desafio muitas vezes confuso. Ao mesmo tempo em que o Estado oferece a cirurgia de transgenitalização, não existe um sistema padronizado para alcançá-la. Ou seja, quem “precisa” ou não da cirurgia, quem “merece” fazê-la ou não, são decisões que cabem a quem quer que seja, médicos/as ou juízes/as, menos aos próprios indivíduos. Isso, pois, não há diretrizes nacionais prévias que organizem tais procedimentos (Bento, 2008).

Em síntese, os sofrimentos que pessoas LGBTQs são submetidas no cotidiano são inumeráveis. A partir disso, podemos, então, delinear possíveis contribuições que a psicologia clínica pode trazer como suporte a essas pessoas.

5. Gestalt-terapia: Implicações Psicológicas da Convivência com o Contexto LGBTfóbico

A Gestalt-terapia é uma abordagem clínica cuja visão de ser humano se pauta na integralidade (e não na fragmentação e/ou dualismo mente-corpo) do indivíduo (ser biopsicossocial) e da realidade em que vive (o contexto em que se situa), e a isso se dá o nome de holismo (Aguiar, 2014). De acordo com Veer e Valsiner (1999), essa visão integradora entre o “externo” e o “interno” estimulou consideravelmente a discussão de Vigotski sobre a compreensão do sentido que tanto fomenta o método qualitativo utilizado nesta pesquisa. Sentido este que pode ser compreendido como a gama de compreensões mutáveis que:

Vão se produzindo nos entremeios, nas articulações das múltiplas sensibilidades, sensações, emoções e sentimentos dos sujeitos que se constituem como tais nas interações; vão se produzindo no jogo das condições, das experiências, das posições, das posturas e decisões desses sujeitos (Smolka, 2004, citado por Barros, Paula, Pascual, Colaço & Ximenes, 2009, p.180).

Esta compreensão sobre o conceito de sentido em Vigotski pode contribuir para o entendimento do que os gestaltistas abordam sobre a fronteira de contato entre a figura e o fundo⁴ na concepção do sujeito. Isso porque, por mais que os conceitos não sejam equivalentes, apresentam alguns pontos que permitem o diálogo entre as duas teorias. Como apontam Figueiredo e Santi (2011), a Gestalt compreende que a experiência

⁴ Figura refere-se ao que está mais presente na consciência no momento, cabendo ao que cerceia essa figura o papel de fundo, de contexto (Rocha, 2005).

humana é subjetiva, e deve estar sempre em relação com os processos biológicos e com as diversas manifestações socioculturais, de forma coerente com a unidade psicofísica.

Assim, a teoria da Gestalt, alicerçada na fenomenologia, compreende que o que quer que aconteça, só acontece no campo da consciência de um indivíduo (Yontef, 1998). Este, por sua vez, munido de todos os sentidos integrados ao seu *self* ao longo de sua história, conceberá, a partir do momento da experiência com o fenômeno, um novo sentido pessoal, e, visando sua saúde organísmica, poderá então integrá-lo/ introjetá-lo ao seu *self*, ou retirá-lo, negá-lo (Rocha, 2005).

Self é entendido na Gestalt e ao longo de todo esse trabalho, como um processo, um sistema dinâmico, como ressaltado por Tenório (2012). Ele não está na pessoa, não é, portanto, uma estrutura que tem espaço físico no cérebro, e não é, muito menos, um construto metafórico como “humor” ao qual se poderia, talvez, em abordagens essencialistas, atribuir causalidade.

Self é a própria pessoa, sua vivência temporalmente situada, o conjunto de todas as suas experiências (passíveis de serem ressignificadas diversas vezes) que orienta, ainda, as experiências que virão. É o processo individual e nunca finalizado de identificação e desidentificação com os fenômenos com os quais entra em contato.

Branco e Madureira (2008), a partir da teoria do *self* dialógico, concebem o *self* como um sistema dialógico no qual as diferentes posições do “Eu” vão, dinamicamente (e não caoticamente), se manifestando. Tais manifestações levam em conta as motivações e o campo das afetividades, que figuram como parte importante nos processos de significação. Mas não só isso, também é seriamente considerada, para as organizações dessas posições do “Eu”, a cultura em que se está inserido (Branco & Madureira, 2008).

Pode-se, a partir dessa visão, compreender como somos pessoas diferentes, plurais, nos transformando constantemente nos momentos e lugares que chamamos metaforicamente de “fases da vida”. Perls, Hefferline e Goodman (1951/1997, citados por Tenório, 2012, p. 225) esclarecem que:

Self é o sistema de contatos e de respostas em qualquer momento, diminuindo com o sono, quando há menos necessidade de reagir. Sua atividade é formar figuras e fundos e fazer ajustamentos criativos. Sendo assim, onde há mais conflito, contato e figura/fundo, há mais *self*; onde há mais confluência, isolamento ou equilíbrio, há um *self* diminuído. Desse modo, o *self* não tem consciência de si próprio abstratamente, mas quando está em contato com alguma coisa, uma vez que o mesmo é considerado como sendo a fronteira de contato organismo-meio em funcionamento.

Vigotski considerava necessária uma psicologia que não trabalhasse apenas com os comportamentos observáveis externalizados. Para ele, também era insuficiente a denominada na época de “psicologia da alma”, cujos objetos (emoções, pensamentos, significações) poderiam ser eventualmente observados, mas não objetivamente estudados (Veer & Valsiner, 1999). Era, portanto, necessária uma psicologia que integrasse o “interno” (intrapsicológico) e o externo (interpsicológico), que estudasse como um age sobre o outro. Nota-se, portanto, que há entre a psicologia histórico-cultural de Vigotski e a psicologia da Gestalt aspectos compartilhados

Dentre as abordagens humanistas na psicologia clínica, a Gestalt é a eleita como referencial dessa pesquisa em termos de abordagem psicoterapêutica. Esta orienta seu trabalho focalizando primeiramente o indivíduo que vive a experiência. Ou seja, na

clínica em Gestalt, tenta-se ater-se à experiência de troca entre psicólogo/a e cliente. O terapeuta, então, trabalhará sem “a priori”, sem expectativas e sem pré-julgamentos, focando o trabalho no bem-estar das pessoas, contudo, sem deixar de lado o mal-estar. Isso, pois, somos dotados de “sabedoria organísmica” (Holanda, 1998, p.33), ou seja, somos, em termos da realidade biopsicológica, capazes de buscar nosso estado saúde, por meio do que chamamos de autorregulação organísmica, (conceito melhor explicado mais a frente), sendo a terapia um catalisador deste processo.

Portanto, busca-se entender a saúde, o que a promove, como fazer sua manutenção, o que a ameaça, e quais seriam seus principais catalisadores e formas de expressão (Holanda, 1998).

Assim, o sofrimento pode ser entendido como um foco secundário, enquanto a pessoa que sofre é o foco principal (Holanda, 1998). O trabalho é compreender como o sujeito, a partir das suas vivências, se adaptou (por meio de ajustamentos criativos⁵) aos fenômenos de sua vida. Adaptações essas que outras abordagens podem chamar de neuróticas, psicóticas ou perversas, etc., mas em Gestalt, este quadro é um processo, é sempre um momento, está sempre em aberto e nunca concluído (Rocha, 2005).

Portanto, é importante lembrar que as Psicologias Humanistas, abandonaram a caracterologia nosográfica quando abordam os processos de adoecimento psíquico. Isso porque retratar um indivíduo por “um pedaço” do que ele é/está significa cair em erro, pois se deixa de ver sua totalidade humana (Holanda, 1998). Assim, a psicopatologia fenomenológica se pauta no estudo dos sentidos construídos por quem vive a experiência, para além do que a cultura ocidental espera. Ou seja, a atribuição de um

⁵ Adaptações criadas com os recursos internos e/ou externos frente às necessidades organísmicas do sujeito, como fome, calor, laços afetivos, segurança, etc. (Ribeiro, 1997).

rótulo como “o esquizofrênico” para, então, administrar os tratamentos pré-concebidos antes mesmo que o “esquizofrênico” em questão viesse ao mundo.

Segundo Holanda (1998), esta herança do pensamento ocidental se refere à filosofia cartesiana, mas que tem como primeiros expoentes Parmênides e Platão. Ou seja, a rígida separação entre mente e corpo, a visão de ser humano como um ser permanentemente dividido entre a razão e a emoção que alicerça os processos de socialização no Ocidente desde a Grécia Antiga. Tal “tradição” milenar pode explicar a dificuldade de pensar fora dessa lógica e, ainda, de adotar uma outra (Holanda, 1998).

E isso, até os dias de hoje, acarreta nas tentativas de procurar causas, sejam elas internas (biológicas) ou externas (ambientais) que perturbam a razão ou a emoção, contribuindo, supostamente, para o surgimento do sofrimento psíquico e da dita “loucura”. Ressalta-se que, sejam quais forem essas causas, as tentativas foram por muito tempo e, em alguns contextos, são até hoje de fazê-las lógicas, racionais e generalizantes (Szasz, 1996, citado por Holanda, 1998). Nesse ponto, é valioso mencionar que a:

(...) Psiquiatria é a negação da realidade da vontade própria e da trágica natureza da vida; esta negação legitimada permite àqueles que procuram uma explicação neuromitológica para a maldade humana e que rejeitam a inevitabilidade da responsabilidade pessoal, tornar a vida um caso clínico e confiar sua administração aos profissionais de saúde (...). Os Psiquiatras e seus poderosos aliados conseguiram, então, persuadir a comunidade científica, os tribunais, os meios de comunicação e o público em geral que as condições que eles chamam de ‘distúrbios mentais’ são doenças - isto é, fenômenos independentes da

motivação ou vontade humanas (Szasz, 1996, citado por Holanda, 1998, p.34).

Considerando esse ponto, Ribeiro (1997), partindo da teoria da Gestalt, ao dissertar sobre como alcançar um processo saudável de interação com o outro e com o todo, apresenta como fatores de cura três mecanismos saudáveis. Este “todo”, nesse caso, seria não só o contexto que cerca o indivíduo, mas também ele mesmo, em suas dimensões biológicas, psicológicas e sociais. São eles:

1. Perceber sua singularidade em relação ao outro, ou seja, na relação com o que é diferente, o indivíduo ser capaz de perceber o que ele é e o que ele não é, o que é dele o que é do outro, podendo, em uma dimensão maior, perceber suas características como únicas no universo (Ribeiro, 1997).

2. Se sentir presente no aqui e agora, ou seja, a pessoa ser capaz de vivenciar as experiências quando e onde acontecem, percebendo que o tempo e o espaço podem estar concretamente disponíveis para ela (Ribeiro, 1997).

3. Se perceber inteiro/a como consciência de sua própria realidade e da realidade do outro. Podendo ser entendido como estar consciente das suas emoções, pensamentos, ações (e ter consciência que esses fatores organísmicos estão interconectados, e não desempenham suas funções de maneira independente um do outro) e do contexto que se está inserido. Além disso, estar consciente que os outros também têm essas mesmas dimensões subjetivamente profundas que orientam suas vivências (Ribeiro, 1997).

A *awareness*, um dos conceitos fundamentais dentro da Gestalt-terapia, significa “a consciência da própria consciência, ou consciência reflexa, forma mais completa de contato, fruto da imersão consciente e total da pessoa na sua relação com o mundo” (Ribeiro, 1997, p.38). A *awareness*, de acordo com o autor, se desenvolve conforme esses três fatores entram dinamicamente em sintonia.

Logo, podemos destacar alguns pontos em como a Gestalt pode compreender os processos de adoecimento decorrentes da discriminação. Portanto, serão apresentados brevemente, a seguir, alguns entendimentos da abordagem da Gestalt sobre o fenômeno saúde-doença.

Inicialmente, é preciso compreender dois pontos, sendo o primeiro a noção de campo, onde estão a figura e o fundo, e onde eles fazem contatos, trocas. A Gestalt parte do ponto de que não se pode compreender algo ou alguém sem compreender o contexto circundante do mesmo. Assim, um indivíduo não é definido apenas pelas suas funções intrapsicológicas, ou seja, seu mundo privado, e não pode ser compreendido dessa maneira isolada.

Seus contatos com o meio, ou seja, os lugares em que vai, as coisas que vê, as pessoas com quem interage e todos os conhecimentos acumulados ao longo de sua vida também tem um papel em sua configuração existencial. O objeto, portanto, é mais do que suas características físicas, percebê-lo passa por perceber seu contexto, sua configuração total. A figura é o agora, é o que está na consciência no momento, o fundo é o contexto (Rocha, 2005) e a saúde está nas relações satisfatórias entre os dois (Ribeiro, 1997).

O segundo conceito que precisa ser compreendido é primordial na teoria gestáltica e é a concepção de autorregulação organísmica. Compreende-se que esta autorregulação é uma força motriz inerente aos seres vivos como um todo. De maneira simplificada, é a busca de todos os organismos por satisfazer as suas necessidades, que podem ser da ordem biológica, psicológica e/ou social (Galli, 2009).

Eventualmente, os seres vivos saem da dependência do apoio ambiental (como bebês e filhotes que precisam dos pais). Passam, então, para a independência, onde

conseguem o auto apoio, quando conseguem buscar sozinhos o que precisam no ambiente (como nutrientes, abrigo, segurança, socialização, afetos, etc.).

A autorregulação guia o organismo em busca da atualização de suas necessidades. A partir disso, podemos compreender que todo ser vivo, ao sentir a necessidade de algo, tenderá para a mobilização de buscar satisfazer tal necessidade em seu campo (Galli, 2009).

Com base nesses dois conceitos, podemos entender mais sobre os ajustamentos criativos. Esses são os meios que o organismo buscou de regular suas necessidades e atingir a saúde orgânica. O ajustamento criativo da planta que precisa de água é alongar suas raízes, encontrando água o bastante, não crescerá mais; precisando crescer mais, suas raízes tornarão a se alongar. Um dos ajustamentos do bebê querendo leite é chorar. Um dos ajustamentos do ser humano que precisa de afeto é tentar desenvolver relações com as pessoas de seu contexto (Rocha, 2005).

Sobretudo, a interpretação e a simbolização, o pensamento abstrato e a constante apropriação e criação de sentidos difere o processo de autorregulação humano frente aos outros seres vivos. Construtos simbólicos podem acionar mecanismos autorreguladores apenas em humanos. Uma placa de “Perigo, tenha cuidado” ou uma placa com o desenho de um boneco escorregando numa poça (índice para “piso molhado”) só suscitam respostas autorreguladoras em seres humanos, o que se deve à sua capacidade de atribuir significado (Valsiner, 2012).

Ainda, esses mecanismos autorreguladores semióticos são diferentes a depender da abstração feita a partir dos signos (mediação semiótica). Afinal, uma Bíblia representa algo diferente para um brasileiro e para um aborígine, o primeiro, familiarizado com o livro e o segundo, talvez, nunca tenha entrado em contato com este objeto.

A mediação semiótica torna possível uma autorregulação tipicamente humana (Valsiner, 2012). Mas mais do que isso, seres humanos são, portanto, o resultado dos processos autorreguladores e a mediação semiótica integrados. Isso se deu a partir da medida em que a nossa espécie desenvolveu a capacidade de simbolização, de atribuição e compartilhamento de significados, de compreensões e criações a partir do uso de signos.

Contextualizando a discussão em relação a esta pesquisa: em uma sociedade homofóbica, um dos ajustamentos de alguém que precisa lidar com os sentimentos múltiplos, com os “desequilíbrios psíquicos” (Bruner, 1997, p.36), decorrentes do contato com a homossexualidade alheia (e seus significados), podem ser, dentre outros, agredir e discriminar. Isso pois, um ser vivo, ao entender que algo sinaliza perigo, pode, através dos processos de autorregulação, se distanciar, ou mesmo tentar suprimir tal ameaça. Ou seja, a homofobia tenta se distanciar e suprimir a homossexualidade, uma vez que promove interpretações, dentre outras coisas, da homossexualidade como ameaçadora.

Assim, manifestações LGBTfóbicas acabam por desqualificar o sujeito, negando sua subjetividade e seus desejos e punindo seus comportamentos. Nessa linha de pensamento, percebemos como a discriminação pode minar a percepção da singularidade.

Para Tenório (2012), nas discriminações, se estaria, então, propiciando “introjeções tóxicas”, expressão utilizada pela Gestalt-terapia que representa o fenômeno de assimilar representações com as quais o *self* não se identifica, sendo assim danosas ao sujeito. Nesse sentido, vítimas de LGBTfobia estão sujeitas a atribuir sentidos negativos à própria concepção de si (integrar ao *self* atributos não autênticos) que não correspondem com a sua realidade, alienando-as de seus *selves* autênticos. Essa

alienação indica o adocimento ao passo que sinaliza uma resistência ao contato (com o “interno”, ou com o “externo”).

Ribeiro (1997) descreve nove exemplos de processos (mecanismos) de resistência ao contato que parecem à organização (à pessoa) autorreguladores no momento. São eles: confluência, fixação, dessensibilização, deflexão, introjeção, projeção, proflexão, retroflexão e egotismo (Ribeiro, 1997). É importante ressaltar que tais resistências são tentativas orgânicas de manter a saúde, posto que são tentativas temporárias. Seu aspecto deletério se constitui na cristalização, na permanência das resistências. Na preservação dos ajustamentos quando já perderam sua funcionalidade.

Dessa maneira, podemos ver como as diversas facetas da LGBTfobia podem desencadear em suas vítimas sofrimentos, dentre outros, associados à baixa autoestima e sentimentos de inadequação. E, ainda, ver as muitas maneiras que o indivíduo tem de se autorregular frente a esses sofrimentos.

A constante ameaça e possibilidade de sofrer alguma agressão LGBTfóbica ao sair na rua (ou mesmo dentro de casa) juntamente com todas as experiências similares e de difícil assimilação também são processos que dificultam se sentir presente no aqui e agora. Um passado marcado por agressões e um futuro em que mais delas podem acontecer acaba por dificultar estar presente e consciente, tentando viver plenamente o aqui e agora. Assim sendo, é possível perceber como a depressão (associada a um passado de sofrimentos) e a ansiedade (associada a possíveis sofrimentos futuros) podem ser consequências da LGBTfobia.

Madureira e Branco (2007) discutem que o medo de tais processos homofóbicos, levam muitas pessoas gays e lésbicas a esconder suas identidades sexuais, principalmente em ambientes como na família e no trabalho. No entanto, pode-se compreender que tal fenômeno estende-se a toda comunidade LGBT. Isso é possível,

pois, diferente do preconceito racial no Brasil que se pauta nas diferentes cores de pele, as identidades LGBT, alvo da LGBTfobia, podem ser publicamente disfarçadas.

Dessa maneira, a LGBTfobia cria uma invisibilização das identidades sexuais e de gênero não-hegemônicas, pois não permite a expressão pública dos desejos homoeróticos e das identidades de gênero *trans*. Assim, mesmo o/a mais assumido/a dos/as gays, lésbicas e bissexuais encontram-se, constantemente e, de acordo com Sedgwick (2007), obrigados a “entrar no armário” mais uma vez, dependendo da situação que se encontram. Em um sentido similar, as pessoas transgênero, que expressam em seu corpo físico as suas construções em termos de identidade de gênero, muitas vezes enfrentam situações que demandam que façam uma performance de um corpo cis, diferente do qual se identificam.

6. Metodologia

O conhecimento e sua construção sempre se fizeram presentes na humanidade. De acordo com Minayo (2007), desde tempos imemoriais, as sociedades fizeram uso de mitos, religiões e suas mais diversas formas de expressão para entender o mundo que as cercavam. O conhecimento pode ser construído de muitas formas além do domínio da ciência, mas esta, de acordo com a autora, por “estabelecer uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para compreensão do mundo, das coisas, dos fenômenos, dos processos e das relações” (Minayo, 2007, p.10) ganhou um status amplamente difundido na contemporaneidade de “detentora da verdade”.

No entanto, esse status nos leva a uma posição frágil em termos epistemológicos, isso porque verdades absolutas são dogmas, e estes não devem ter espaço na construção de conhecimentos científicos, passíveis de constante reestruturação e transformação. A ciência é apenas uma expressão dentre as muitas outras de se entender o mundo (Minayo, 2007). Além disso, trabalhar com verdades provisórias faz parte do trabalho científico em todas as áreas do conhecimento.

Uma vez reconhecido o caráter mutável da ciência, podemos afirmar que não apenas os métodos são importantes, mas também é a compreensão da metodologia como um processo cíclico, como é discutido por Branco e Valsiner (1997, citado por Madureira & Branco, 2001). Ou seja, trabalhar a metodologia considerando-a um fluxo dinâmico entre “as concepções de mundo e experiência intuitiva do pesquisador, o fenômeno, o método e os dados (entendidos como os indicadores empíricos) e a teoria” (Branco & Valsiner, citado por Madureira & Branco, 2001, p.68).

Madureira e Branco (2001), ressaltam que o conhecimento não existe fora do sujeito, sendo que o próprio conhecimento só pode existir a partir do seu entendimento

por alguém. Assim, a análise e a interpretação do objeto de estudo passam, de diferentes formas, pela subjetividade e visão de mundo do/a pesquisador/a. Portanto, vê-se que a neutralidade científica, no sentido de isolar as interferências humanas do fenômeno estudado, é impossível e insustentável em termos epistemológicos.

A priorização das técnicas de pesquisa em relação a outros elementos importantes que integram a pesquisa, por sua vez, seria uma expressão ancorada na epistemologia positivista, pois conferir essa prioridade seria considerar que o conhecimento estaria pronto no campo apenas à espera do método eficaz de ser “coletado” pelo/a cientista (Madureira & Branco, 2001).

Compreende-se, portanto, que o fazer científico não tem seus alicerces estabelecidos sobre “dados” à espera de sua coleta, pois precisa ser construído dialogicamente entre o/a pesquisador/a, a teoria, o objeto, e o método, levando em conta a constante transformação e fluidez dos saberes na ciência (Madureira & Branco, 2001).

Portanto, neste trabalho, foi selecionada a metodologia qualitativa, que, de acordo com Minayo (2007), leva em conta a pluralidade e multideterminação dos fenômenos a serem estudados. É perceptível as subjetividades em ação no processo de construção dos conhecimentos científicos, uma vez que o/a pesquisador/a e os/as participantes, de diferentes formas, estão agindo um sobre o outro enquanto “conversam” sobre o fenômeno, no caso da presente pesquisa, a LGBTfobia.

O valor científico desta pesquisa não está relacionado à quantidade de sujeitos participantes, mas na participação daqueles/as que têm uma “vinculação mais significativa para o problema a ser investigado” (Deslandes, 2007, p.43). Portanto, na pesquisa qualitativa, a riqueza da construção dos saberes se faz na profundidade das análises e interpretações realizadas pelo/a pesquisador/a sobre o objeto de estudo delimitado (Minayo, 2007). Logo, a seleção de participantes focalizou os/as

voluntários/as que vivenciaram situações de LGBTfobia em diferentes momentos de suas vidas, além dos/das psicólogos/as clínicos/as que adotam a teoria da Gestalt.

6.1 Participantes

Participaram da pesquisa seis voluntários/as da comunidade LGBT, um homem gay, uma mulher lésbica, um homem e uma mulher bissexuais e um homem e uma mulher *trans*. Também participaram duas profissionais da psicologia clínica que adotam a abordagem da Gestalt-terapia. A seleção dos/as participantes foi realizada via rede social do pesquisador, não sendo realizada via instituição. Ou seja, o autor deste trabalho entrou em contato com conhecidos/as e/ou conhecidos/as de conhecidos/as que se identificam com os perfis mencionados anteriormente. Os participantes (nomes fictícios) e seus dados sociodemográficos são apresentados na tabela 1 a seguir.

Tabela 1.

Dados sociodemográficos dos/as participantes

Participantes psicólogas	Idade
Lana	31
Júlia	45
Participantes da comunidade LGBT	
Augusto, homossexual	23
Luana, homossexual	25
Pedro, bissexual	30
Ana, bissexual	28
Clara, mulher <i>trans</i>	38
Luiz, homem <i>trans</i>	20

6.2 Materiais e Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram dois roteiros de perguntas para entrevistas semiestruturadas, sendo um para participantes da comunidade LGBT (Anexo B) e outro para participantes psicólogos/as clínicos/as (Anexo C). Ainda, foram utilizados como materiais papéis, caneta, gravador de celular e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) impresso (Anexo D).

6.3 Procedimentos de Construção das Informações

As entrevistas foram agendadas em dia e local confortáveis e disponíveis aos/às participantes, como, por exemplo, suas residências, tentando, dessa maneira, minimizar possíveis interrupções. A partir da metodologia qualitativa, as entrevistas foram realizadas individualmente e de forma semiestruturada. Ou seja, foi utilizado um roteiro de entrevista sem a obrigatoriedade de seguir as perguntas em ordem fixa. Além disso, novas perguntas, que não estavam previamente contempladas no roteiro, puderam ser feitas durante a entrevista, dependendo do decorrer do diálogo com o/a participante. Dessa maneira, respostas puderam ser mais bem exploradas, permitindo uma compreensão mais aprofundada sobre o fenômeno investigado.

De acordo com Madureira e Branco (2001), a possibilidade de co-construção de significados entre o/a participante e o/a pesquisador/a no momento da entrevista, revela a capacidade deste procedimento metodológico de permitir a compreensão dialógica do fenômeno investigado. Como as autoras discutem, é preciso abrir mão da ideia de que a compreensão do fenômeno já foi previamente elaborada pelo/a participante e as perguntas buscam apenas “acessar” tal compreensão.

É importante mencionar que todos/as participantes tiveram suas identidades pessoais mantidas em sigilo, de forma que trechos de suas falas foram alterados ou omitidos para preservar seu caráter de anonimato (como nomes, endereços e quaisquer outros meios que possibilitariam a identificação pessoal dos/as participantes). Para a execução dessa pesquisa, todos/as os/as participantes foram entrevistados/as apenas depois de darem o consentimento para que suas falas fossem gravadas e, posteriormente, transcritas. Todos estes aspectos estão contemplados no TCLE (Anexo D) que foi entregue, lido e assinado pelos/as participantes, ao estarem de acordo, antes que os demais passos da pesquisa fossem executados.

Uma vez que as informações foram construídas através das entrevistas, e os diálogos transcritos, as mídias de áudio foram apagadas. O conteúdo, então, agrupado em categorias passou por uma análise mais aprofundada e rigorosa. O TCLE foi utilizado como proteção dos direitos de sigilo e proteção dos/as participantes e como prova material de que o consentimento para participar da pesquisa foi dado. Quanto aos custos da pesquisa, estes foram financiados pelo autor do trabalho.

Além disso, consta na lista de anexos a aprovação formalizada do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) referente ao projeto desta pesquisa (Anexo E).

6.4 Procedimentos de Análise

Para a construção das informações foi utilizado o método de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Como é discutido por Gomes (2007), tal método possibilita descobrir o que está por trás do conteúdo manifesto pelos/as participantes. Assim, categorias analíticas temáticas foram construídas a partir das falas dos sujeitos para

orientar o trabalho interpretativo. Tais categorias foram construídas apenas após a transcrição das entrevistas.

Bardin (1977), visando demonstrar o uso das categorias analíticas, recorreu à ferramenta metafórica. Exemplifica uma situação em um metrô urbano onde se pede aos passageiros para esvaziarem o conteúdo de suas bagagens de mão que serão posteriormente colocados em caixas, ou gavetas. A depender do que se pretende investigar, pode-se separar os objetos nas gavetas em razão de seu valor monetário, por peso em quilogramas, ou ainda, separá-los por sua função, os critérios de divisão têm como limite apenas a criatividade do/a pesquisador/a.

Neste exemplo, é possível estudar sobre os comportamentos dos usuários do metrô, seu nível socioeconômico, avaliar a prevalência ou falta de determinados objetos e no que isso incorre, etc. (Bardin, 1977). Na presente pesquisa, as bagagens de mão são os discursos dos/as participantes, assim como as categorias analíticas são as caixas, onde foram postas (para a análise e interpretação) os enunciados, frases, palavras e relatos dos/das entrevistados/as.

Como arqueólogos/as, metaforicamente, não se trata simplesmente de descrever o que foi escavado (no caso, comunicado), mas de apreender os sentidos a partir dos vestígios encontrados (Bardin, 1977). A descrição do que foi comunicado é apenas o primeiro passo do método, e, para a interpretação (fase final) do que foi descrito, é preciso utilizar um procedimento intermediário, a inferência. Assim como o trabalho do/a médico/a, que infere a doença a partir do estudo sistematizados dos sintomas, o/a pesquisador/a infere, admite proposições sobre os alicerces de outras proposições anteriormente estabelecidas e aceitas. Não se trata, portanto, de adivinhação, se trata de deduções lógicas (Bardin, 1977).

Assim, o/a pesquisador/a que adota este método tem um trabalho duplo, que não é meramente depreender do conteúdo significados usuais, como acontece no cotidiano, mas os significados que estão em segundo plano. Bardin (1977) resume o método a:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p.42).

As categorias analíticas temáticas construídas, apresentadas a seguir, foram articuladas com a base teórica utilizada levando em absoluta consideração os objetivos da pesquisa anteriormente delineados. Dessa maneira, foi possível associar o estudo da LGBTfobia como fenômeno a partir da psicologia cultural com os entendimentos de saúde e doença a partir da psicologia da Gestalt. Assim, possibilitando a construção de novos conhecimentos de maneira dialógica.

- Vivências LGBTfóbicas: exemplos a partir dos relatos dos/as participantes.
- A LGBTfobia e o adoecimento psíquico das suas vítimas.
- Ajustamentos ao contexto LGBTfóbico sobre a ótica da Gestalt-terapia.

7. Resultados e Discussão

Como apresentado anteriormente, essa seção foi organizada a partir das três categorias analíticas temáticas elaboradas para orientar o trabalho interpretativo referente às entrevistas realizadas.

7.1 Vivências LGBTfóbicas: Exemplos a Partir dos Relatos dos/as Participantes

Ao se deparar com a palavra LGBTfobia, é muito provável que se pense nos casos extremos, explicitamente encontrados nas mídias, como os espancamentos, assassinatos e estupros recorrentes sofridos pelas pessoas LGBTs. Entretanto, discriminações sutis, formas de eliminação simbólica, aquém da eliminação concreta, são também comuns, e, infelizmente, sem muita divulgação. Serão apresentadas agora situações de discriminações vivenciadas em diferentes contextos, na escola, faculdade, família, trabalho, religião e em ambientes públicos.

Uma forma de violência sutil, talvez a primeira de muitas, seja a heterossexualidade presumida (Junqueira, 2010a), presente desde o nascimento, senão antes, encontrada tanto no ambiente familiar como escolar. Nesse sentido, Pedro afirma que *“é muito mais simples você falar que é hetero pra família, porque você não fala nada e as pessoas só esperam que aquilo aconteça”*. Também, na afirmação de Augusto: *“Eu sempre achei muito bizarro o fato do gay ter que sair do armário. Porque o heterossexual não sai do armário”*. Junqueira (2010b) apresenta que este fenômeno acaba por silenciar e invisibilizar as pessoas não heterossexuais. Além disso, “essa

presunção dificulta enormemente a expressão e o reconhecimento das homossexualidades como maneiras legítimas de se viver e se expressar afetiva e sexualmente” (Junqueira, 2010b, p.5).

Se desde as primeiras socializações não se convive com o diálogo sobre outras identidades que não a heterossexual e a cisgênero, como esperar que não haja certa confusão naqueles/as que vão, aos poucos, experimentando esses caminhos? Como não esperar o estranhamento das outras crianças frente aos comportamentos desconhecidos (e, muitas vezes, alvos de piadas socialmente aceitas) de seu/sua colega? Como Pedro afirmou:

(...) Os 12 anos de idade e aí teve um dia que eu achei um menininho muito interessante, e aquilo ali me comeu por dentro porque eu não podia falar pra ninguém. Porque eu ia falar pra um amigo meu e aí fodeu, eu era gay (...). Então, na adolescência foi muito difícil assim esses primeiros passos, primeiros entendimentos, os primeiros menininhos que eu fiquei foi meio assim, completamente escondido, completamente. (...) Eu me escondia porque eu tava assustado.

Pedro relata que escondeu de sua família até o momento de começar um namoro com outro homem. Relata que foi então que sentiu a diferença de tratamento na família, desconhecida até então, mas que só perdurou nesse primeiro momento. Ele apresenta:

O início foi susto pra todo mundo, porque como eu falei, as pessoas no início falavam “mas você fica com mulheres” e eu “é, eu também fico com homens, mas eu nunca precisei falar, eu tô falando agora porque eu vou começar a

namorar com alguém e acho importante vocês participarem da minha vida”.
Daí é engraçado, porque você ficar com homens te torna um vagabundo, um irresponsável, um imbecil, apesar de sua vida estar igual o que tava antes e tava todo mundo feliz, mas de repente não tá mais.

Felizmente, na fala do próprio Pedro, a comunidade LGBT tem ganhado mais espaço dentro das vivências das crianças, cabendo aos adultos, ainda, a maior parte do silenciamento. Infere-se que isso possa se dever ao fato de, por mais que a família e a escola engendrem a heterossexualidade presumida (Junqueira, 2010b), as crianças tem o contato com o tema pela mídia, filmes, artistas e desenhos animados que apresentam o tema ainda timidamente, mas, com certeza, de uma maneira sem precedentes. Pedro afirma:

Eu vejo a nova geração, novos adolescentes e eu acho maravilhoso, porque até os mais agressivos e preconceituosos malucos têm um amiguinho com 15 anos que pega homem (...). Mas é algo falado, é algo que eles vivenciam, não é uma coisa tipo estranha.

Sua opinião, porém, não está em harmonia com a de Luiz, homem transgênero, que acredita que, com o tempo, o cenário LGBTfóbico piorou. Luiz passou por diversas situações de violência na escola, sempre sendo alvo de piadas, passando inclusive por agressões físicas. Apresenta que:

Ah... o tratamento, com pessoas LGBTs há uns dois anos, ou três anos atrás, eu senti que tava tendo uma melhora e parece que agora tá tudo voltando ao que

era. As pessoas tão começando a expor mais os preconceitos. Como agora eu me assumi trans e eu tenho contato com mais pessoas trans e mais pessoas LGBTs, eu tenho visto mais casos de violência que já existiam, mas agora, como eu faço parte, eu vejo, né? Então, eu sinto que agora tá mais complicado.

As situações de agressão que Luiz vivenciou na escola o obrigaram a abandonar os estudos, podendo voltar apenas depois de se vincular à modalidade de ensino a distância, no qual teria aulas em casa via internet. Dentre seus relatos de agressão, se destacam “já aconteceu também de quando eu era criança, outras crianças da minha idade tentarem tirar minha roupa pra saber se eu era homem ou mulher”. O participante ainda menciona que:

(...) Ele sempre fazia piada. E teve um dia que eu enfrentei ele porque não tava mais aguentando as piadas e aí ele me bateu e eu lembro que ele me falou que se eu queria tanto ser homem, que eu ia apanhar que nem homem e aí ele me bateu.

Esse discurso está em sintonia com os resultados da pesquisa realizada por Franco e Cicillini (2015), ao apresentarem que as situações de vulnerabilidade de pessoas *trans* são muito mais representativas quando comparadas com pessoas gays, lésbicas e bissexuais. As autoras defendem que desde a educação básica, pessoas *trans* enfrentam um quadro de vulnerabilidade social em razão da heteronormatividade e do sistema binário de gênero.

Nota-se que, por mais que não seja possível mensurar os sofrimentos individuais, pode-se observar, ainda mais explicitamente na vida de pessoas *trans*, que

as situações de vulnerabilidades se sobrepõem na vida cotidiana. Construindo, então, por meio de uma “sinergia de vulnerabilidades” (Parker, 2000, citado por Junqueira, 2009a p.25), uma fragilidade cada vez maior. Em decorrência desse ambiente hostil, é muito difícil para as pessoas *trans* continuarem na educação formal. Isso, de forma integrada ao fato que as pessoas *trans* são comumente expulsas de casa, acaba por culminar na marginalização e prostituição (Franco & Cicillini, 2015).

Luiz relata que sua sorte foi que seus pais lhe deram o apoio que não encontrou na escola. O participante apresenta, em sintonia com Franco e Cicillini (2015), que “*as pessoas não estão numa situação ruim, por exemplo, a prostituição, porque elas querem. É porque faltou oportunidade para elas terem uma vida melhor*”.

Em outro sentido, uma participante *trans*, Clara, não foi alvo de discriminações ao longo de sua vida na escola e faculdade, e ainda conseguiu um cargo de bancária sem maiores transtornos. O motivo? Clara estava ciente das dificuldades que iria encontrar, dos direitos que lhe seriam burocratizados (Franco & Cicillini, 2015; Jesus, 2013). Ela, então, escondeu sua identidade transgênero de todos. Diferente de Luiz, Clara não teria o apoio dos pais, e com medo de ser expulsa de casa e se submeter à prostituição, resolveu disfarçar-se de homem heterossexual até alcançar a independência financeira, aos 28 anos.

Em seu discurso, percebe-se a necessidade de “representar um papel”, como por exemplo: “*no passado eu tinha preconceito e isso era um escudo pra me esconder, eu fazia piada homofóbica*” e ainda “*eu me escondi por 28 anos, já fui casada com uma mulher, pra poder me esconder, fui casada por quatro anos*”. Percebe-se que a qualidade de vida que Clara construiu nos dias de hoje, tendo sua casa própria, não foi sem sacrifícios. Clara teve dificuldades no processo de hormonização, já que o procedimento tardio incorre em menos efetividade dos hormônios. Por consequência, o

engrossamento da voz e os pelos da barba foram aspectos mais difíceis para Clara contornar. Ainda, o preconceito familiar que não teve durante períodos anteriores, se fez presente ao se assumir *trans*. A participante relata:

Meu pai chegou a me acusar de estar destruindo a família dele, não é nem a nossa, a dele. (...) Eu nunca vi meu pai chorar daquele jeito. (...) Ele falou que a gente era um bando de depravado, que a sociedade tá destruída por causa disso, que ele é a favor da cura gay.

Pode-se inferir, portanto, que Clara deixou de ser alvo de discriminações externas apenas pelo fato de sua transgeneridade ter sido escondida. Corroborando com isso, temos o discurso de Ana, médica formada em instituição particular de Brasília. Ana apresenta que, assim como Clara, resolveu esconder sua identidade bissexual dos colegas, afirmando que uma colega foi estigmatizada após sua turma ter tido conhecimento sobre sua bissexualidade. No discurso de Ana, assim como nos resultados encontrados por Barba, Diaz, Calvo, Garcia e Arnal (2017), a bifobia universitária ainda se faz presente. Ela relata:

E você sabe, tipo, as meninas que tipo, se você ficou com uma menina uma vez “ah não, aquela é a Ana que fica com meninas” tinha mais três Anas na minha turma, uma delas era bi. Era a Ana-bi, ela não tinha mais nada, ninguém sabia nada dela, era só a Ana-bi.

Relatos como esse demonstram o mito que é conceber o contexto universitário como um lugar sem preconceitos e liberal. Dentro de ambientes universitários, pode-se

encontrar também, como é o caso de Ana, essa discriminação estigmatizante. Esta, por sua vez, é o obscurecimento de todas as características de um indivíduo para por em foco apenas o atributo que se entende socialmente como “fuga à norma”. Reduzindo, então, toda a identidade da pessoa naquele contexto a um rótulo etigmatizante.

Ana não quis esconder de sua família (diferentemente da faculdade e no hospital em que trabalha) sua bissexualidade, mesmo sabendo que seus pais não aceitariam isso. Dessa forma, seus relatos de vivências LGBTfóbicas foram muito representativos, contendo relatos de expulsões de casa por parte de seu pai e a organização de grupos de oração em família por parte de sua mãe para que Ana fosse “curada”. Ainda, Ana chegou a receber um livro de sua mãe sobre uma mulher “ex-lésbica”, incentivando a heterossexualidade. Sobretudo, em seu discurso, chama atenção o fato de, ao término de uma relação com uma mulher, a sua vivência de “luto” foi perpassada com a de comemoração por parte de sua família:

(...) quando eu terminei com a Gi, eu fui passar um tempo lá na Bahia, uma semana pra espairer, e aí todo mundo sabia que eu tava lá por causa disso, que eu tava mal, mas ninguém falou nada comigo, então eu ficava tipo pensando nela, ou pensando em alguma coisa sobre a gente e eu não podia comentar. E tipo, foi um ambiente muito repressor do tipo, a gente tá aqui, tá todo mundo sorrindo, alegre, soltando fogos porque finalmente a Ana saiu desse relacionamento.

A comunidade LGBT passa por contínuas expulsões em diferentes contextos, e para Ana não foi diferente. Por exemplo, Ana percebe que seu contato com a

espiritualidade é barrado, pois só a aceitação na igreja (evangélica) quando se arrepende de seu pecado, a bissexualidade. Nesse sentido, Ana afirma que:

(...) você não pode ser cristã e lésbica, ou bi, ou ter ficado com uma menina e continuar na igreja e continuar ficando. Contanto que você tenha ficado e tenha se arrependido e tal, aí você pode. Porque se não, não, se não você é pecadora. Como é que você está continuando no pecado? Eu acho isso muito curioso e tal, porque eu vejo muitas pessoas que querem ser cristãs e tal (...). Mas as pessoas realmente querem ter o contato com Deus, mas mesmo assim as pessoas não deixam e eu não consigo entender.

Também do Curso de Medicina, foi entrevistado Augusto, estudante da Universidade de Brasília. Relata que, por mais que o preconceito em universidades públicas se faça presente, também há o suporte da comunidade em favor das pessoas LGBTs. Sobre isso, o participante explicou que, por mais que no ambiente da universidade possa encontrar pessoas que o tentem agredir devido à sua sexualidade, também consegue encontrar neste contexto uma rede de apoio que lhe dará suporte para enfrentar tais situações. No entanto, Augusto relata que isso não o impediu de ouvir piadas homofóbicas dentro de sala de aula, por parte do próprio professor:

Mas de experiências que eu tive, já em sala de aula. Eu tive algumas. Desde professor falar que tinha uma matéria dele tipo, que tinha que ser homem pra conseguir entender, não era coisa de viadinho. Até de professor parar a aula pra falar que era direito dele não concordar com a homossexualidade e era

direito de livre expressão de falar que não concordava com a homossexualidade e que aquilo tava errado e eram as crenças dele.

Pode-se compreender que, no exemplo apresentado por Augusto nessa fala, as associações entre homofobia e sexismo (Borrilo, 2009; Madureira, 2010; Welzer-Lang, 2001) se fazem presentes. Sobretudo quando o professor fala “tinha que ser homem para conseguir entender”. A ofensa não é apenas direcionada aos homossexuais, mas também às mulheres, dado sua origem misógina.

De forma similar, Clara também vivenciou discursos discriminatórios quando se formava no curso de Sistema de Informação. A participante relata: *“O cara falava o que queria na sala, e ninguém debatia com ele. Ninguém falava nada, e falava ‘porque os gays podem chamar a união de qualquer coisa, menos de casamento. Porque casamento é entre homem e mulher’”*.

É lamentável que figuras de autoridade em salas de aula e formadoras de opinião, como é o caso de professores/as universitários/as, usem tal espaço sem a devida responsabilidade, esperada na atuação docente. Ou seja, promovendo, com seus discursos, práticas discriminatórias incompatíveis com a profissão de educador/a. Infere-se que a presença de um discurso LGBTfóbico da parte de professores/as universitários/as esteja relacionado, assim como propõem Prado, Salamán e Olavarría, (2014), com os processos de socialização por parte desses profissionais em uma cultura LGBTfóbica.

Esse problema denuncia a lacuna na formação de professores/as universitários/as. Seus currículos, cujo foco é a formação de pesquisadores/as, não preveem disciplinas que deem a devida atenção às questões pedagógicas e sociais. Disciplinas que promovem práticas de ensino inclusivas, por exemplo, são dificilmente

contempladas nos currículos de mestres/as e doutores/as. A partir disso, só se pode esperar que os/as professores/as recém formados/as estejam entrando no mercado de trabalho despreparados/as no que diz respeito ao caminho para a educação inclusiva e dialógica. Ou seja, uma educação que promove a escuta de todas as expressões humanas com equidade.

Augusto ainda vivenciou situações de homofobia dentro de casa, mesmo seus pais aceitando sua homossexualidade. Essa contradição se faz presente na comparação que Augusto fez entre ele e seu irmão: *“como não conversar sobre sexo, não consigo conversar sobre sexo com meus pais, mas meu irmão mais novo consegue, porque ele é hetero e eu sou gay. Então, não existe essa liberdade”*. Augusto apresenta que, ao passo que seu irmão poderia beijar sua namorada no sofá da casa, os pais de Augusto intervinham quando ele tentava fazer o mesmo com seu namorado.

A justificativa dada a Augusto era a preocupação que os pais tinham sobre a homossexualidade ser algo que deveria ser escondido, para que ninguém na rua fizesse algo contra eles. Sobre isso, Bourdieu (2005) destaca que a homossexualidade é, em muitos contextos, um ato de transgressão e, como tal, encontra tentativas de supressão. Podemos considerar que é através dos pais de Augusto, socializados numa cultura LGBTfóbica, que os desejos sociais de que os comportamentos homoafetivos sejam regulados (nesse caso, pelo medo) se manifestam.

Isso está de acordo com o que discute Sedgwick (2007), quando apresenta que, muitas vezes, até os/as homossexuais mais assumidos/as, se veem empurrados/as de volta para o “armário” contra sua vontade. Contudo, o temor dos pais de Augusto não é sem motivo. De fato, em público, a comunidade LGBT está sujeita a discriminações a qualquer momento, tendo Augusto reconhecido e vivido este tipo de experiência:

(...) Dentro do metrô dessa vez que o cara ele falou, tipo, como se eu tivesse assediando ele sexualmente, passando propositalmente a mão no corpo dele quando na verdade foi só o trem que freou e eu encostei nele de leve, e aí como ele virou pra mim e me viu afeminado, ele sentiu a instituição heterossexual dele ameaçada e se sentiu no direito de falar “porra, viado” com essas palavras “porra para de dar em cima de mim, seu viado”.

É possível inferir que o que Augusto quis dizer com “instituição heterossexual ameaçada” é referente ao que é discutido por diversos/as autores/as (como, por exemplo, Borrilo, 2009; Junqueira, 2009a; Lago, 1999; Madureira, 2007b) sobre o desejo de proteger a masculinidade hegemônica. No contato com Augusto, o homem do relato reagiu como se sua masculinidade pudesse ser negada ou atacada. Dessa forma, o homem sentiu necessidade de atacar a suposta “fonte” de ameaça, nesse caso, Augusto.

Uma situação de discriminação no mercado de trabalho chama atenção no discurso de Augusto. O participante é professor particular de alunos/as do Ensino Médio e Fundamental e, muitas vezes, tem que lidar com os pais de alunos/as. Ele relatou uma experiência em que perdeu as aulas que dava a uma aluna em decorrência da sua homossexualidade sem que ao menos isso fosse conversado com ele. Augusto conta que:

(...) a mãe dela cancelou as aulas comigo porque disse que a filha dela tava um pouco fora de momento e não sei o que, blabláblá, mas na verdade eu tinha sido recomendado pra dar aula pra essa menina por uma outra pessoa. E essa outra pessoa falou pra mim que, na verdade, eles tinham me demitido, me tirado, né, pra dar a aula porque eu usei alguns brincos, algumas coisas e eles achavam

que a filha deles não tinha maturidade suficiente pra compreender o que que era a minha sexualidade. E acharam que eu dava influência negativa sobre ela e preferiram evitar a fadiga. Então, o preconceito (...) muitas das vezes ele nem é expreso pra pessoa que tá sofrendo o preconceito. É um preconceito velado que você simplesmente vê as portas sendo fechadas e não sabe o que que foi que acarretou o fechamento daquela porta.

Outra discriminação mais velada do que a discriminação explícita é a suspensão de direitos que a comunidade LGBT enfrenta e a falta de surpresa geral que segue essa suspensão (Borrillo, 2009). Essa é uma das preocupações de Luana, participante homossexual, que relata acerca: *“do casamento, de plano de saúde, de pensão, de poder visitar hospital. Não sei como é que tá isso hoje em dia, mas teve uma época que nada isso era possível”*. E, ainda, sobre o direito de doar sangue, afirma *“eu já tive que esconder pra doar sangue”*.

Os subterfúgios desses preconceitos são manifestações de diferentes níveis de preconceitos. Níveis mais explícitos, como assédios diretos, figuram na vida de Luana, como, por exemplo, a fetichização do lesbianismo: *“e já aconteceu de um cara se enfiar no meu beijo, assim. E eu fiquei assim ‘que bosta é essa? Porque você acha que pode fazer isso?’ ”*. Nesse exemplo, percebe-se que, no imaginário machista brasileiro, homens teriam o “direito” de obter prazer das relações entre mulheres sem mesmo pedir consentimento.

Isso pode ser compreendido a partir da invisibilização da sexualidade lésbica que, por sua vez, é um agravante do deslocamento, por parte da sociedade, de tudo que é feminino para um plano secundário (Junqueira, 2009a). Assim, discute o autor, baseando-se na “permissão” que mulheres têm de serem mais afetuosas entre si, o

falocentrismo promove um certo “esquecimento” de que existem mulheres sem interesses sexuais por homens. Afinal, é comum encontrar na sociedade brasileira o sentimento de que é absurda a prática sexual entre mulheres sem que haja um homem desempenhando algum papel (Parker, 1991).

Ainda sobre discriminações explícitas, Luana também relata ter sido ameaçada de morte quando a mãe de uma amiga relacionou Luana à sua filha ter “saído do armário”: *“A mãe dela associou esse fato comigo e a mãe dela me jurou de morte, assim, tipo falou que se me encontrasse na rua que ia me atropelar, assim, foi sinistro”*. Podemos inferir que esta mãe, possivelmente, carrega o sentimento de fracasso como uma “vigilante do gênero” (Borrillo, 2009), permitindo que sua filha entrasse em contato com Luana e, em seu imaginário, ter deixado sua filha sofrer influências rumo à homossexualidade.

O sentimento de ódio presente nesse caso relatado por Luana, a vontade de eliminar materialmente a participante, podem ser compreendidos a partir do que discutem Madureira e Branco (2012) sobre a homofobia como fronteira simbólica rígida, ou seja, uma barreira cultural. Assim, partindo da contribuição das autoras, para a “manutenção” da heterossexualidade de sua filha, a mãe desejou enrijecer as fronteiras simbólicas, estabelecer uma barreira que impedisse o contato da filha com a homossexualidade, uma vez que designou Luana como a origem da homossexualidade da filha.

Essa ameaça de morte à Luana, uma discriminação levada ao extremo, representa, também, o rompimento na dicotomia atividade-passividade (Parker, 1991), valorizado na cultura brasileira e, por inferência, na socialização desta mãe. Ou seja, o entendimento dessa mãe de que a filha estaria adotando práticas sexuais ativas e, portanto, promíscuas. Tal característica, atrelada à heteronormatividade é, como já foi

discutido anteriormente, culturalmente compreendida como o anti-modelo de feminilidade e, portanto, em nossa sociedade, comumente entende-se que deve ser combatida.

Os exemplos citados são apenas alguns dos muitos exemplos apresentados nas entrevistas. O que, infelizmente, indica que a distância para uma sociedade sem vivências LGBTfóbicas ainda é grande.

7.2 A LGBTfobia e o Adoecimento Psíquico das suas Vítimas

De acordo com Júlia e Lana, as psicólogas entrevistadas, em sintonia com o que propõe Ribeiro (1997), todo adoecimento psíquico é um indício de mau funcionamento cronificado no processo de fazer contato. São interações, trocas em que a satisfação orgânica não foi atingida. Ou seja, problemas de fechamento para o contato, quando a pessoa tem seu contato com o outro reduzido, se fixando em si mesma. Ou ainda, problemas de abertura para o contato, quando a fixação é no exterior, alienando-se de si. Há, nas falas dos/as participantes, alguns exemplos dessa fixação em si, se fechando para o mundo. Há, também, exemplos de isolamento do contato consigo para poder fazer contato com o mundo, mesmo com uma versão menos autêntica de si. Nota-se que fechamento e abertura, em si, não são danosos, mas o sofrimento está em suas cristalizações.

A partir das entrevistas é constatado que o contato (com o mundo interno e externo) é necessário para a saúde. Assim, pode-se entender o caráter deletério do excesso de abertura ou de fechamento. Nesse sentido, Júlia explica: “*em Gestalt a gente*

tem um conceito de doença que ele é basicamente a fixação do indivíduo, né, e aí a gente trabalha com um conceito de fronteira de contato”.

Dessa maneira, a fixação tanto para “dentro” (metáfora para o mundo privado, a realidade biopsicológica) quanto para “fora” (mundo externo ao sujeito), encaminham o indivíduo a uma expressão adoecida, dado sua falta de contato, e a permanência nesse estado é a diferença do mal-estar temporário para um possível futuro adoecimento. No adoecimento psíquico, a insatisfação organísmica nas trocas, relacionamentos e contatos é crônica.

Partindo do ponto que este trabalho se pauta no aspecto relacional dos seres humanos (seja com os outros, com o ambiente, e com si mesmos), serão focalizados alguns pontos. Dentre eles, o sofrimento psíquico pontual e o sofrimento psíquico crônico em razão da LGBTfobia, assim como os ajustamentos criativos que se sucederam a partir destes sofrimentos. Em outras palavras, o impacto da LGBTfobia nos indivíduos. Também serão aqui focalizadas as introjeções tóxicas e suas implicações, além das expressões de saúde por meio de relatos de autenticidade.

Um sofrimento comum expresso pelos/as participantes é o de ter que esconder sua orientação sexual em variados contextos e, ainda, mesmo dentre “os/as mais assumidos/as”, se verem, muitas vezes, sendo “empurrados” mais uma vez para dentro do “armário” (Sedgwick, 2007). Como é ilustrado pela fala de Luana, sobre andar de mãos dadas e beijar outra mulher em público: *“se eu pudesse evitar deixar claro em alguns momentos, eu evitava. Mas com o passar do tempo eu passei a querer reforçar isso, assim, mesmo mais... pra confrontar mesmo”.*

Podemos inferir da fala da participante que “evitar deixar claro” foi um ajustamento criativo temporariamente funcional, mas conforme sua funcionalidade decaiu, não estava mais contribuindo para um funcionamento organísmico saudável.

Assim, um novo ajustamento surgiu, o de confrontar. Percebe-se aqui a transição de um ajustamento de apagamento de si, para um que ressalta o *self*. Abrindo, então, a possibilidade de contato, fluido, mesmo que nesse contato se encontre tentativas externas de supressão. Nesse caso, o ajustamento do confronto contra tais tentativas de supressão está a postos.

Essa atitude de confronto está em sintonia com o que apresentam Moreira e Câmara (2008) sobre as dimensões políticas das identidades não-hegemônicas, reivindicando, cada vez mais, os espaços e direitos que lhe são negados. Não só Luana, como outros/as participantes relataram o retraimento decorrente do medo das reações externas, como:

(...) Eu omito com determinada frequência, agora, controlar os meus trejeitos pra eu parecer menos homossexual, pra eu sentir como se eu fosse sofrer menos violência, que é a resposta que eu mais tenho, eu desenvolvo esse comportamento quando eu tô em ambientes onde eu não me sinto seguro (Augusto).

A gente prefere fazer outras coisas em outros lugares que sejam mais tranquilos, porque como eu falei é muito chato, aquele tanto de gente em volta quando tá passeando e você dá um beijo, selinho que seja e você olha pro lado e tem alguém do lado tendo uma comoção com aquilo ali (Pedro).

É, na família muita gente sabe, muita gente não sabe, porque também é um tabu, né? Eu tento ignorar esse fato e fingir que eu sou a Ana e não tenho

sexualidade, sabe? Não falem disso comigo e eu basicamente tenho que ficar me escondendo dessas conversas (...) (Ana).

É notável a diferença entre Augusto e Pedro em relação à Ana. Os dois primeiros desenvolveram uma atitude de fechamento em determinados contextos e abertura em outros, constituindo contato razoavelmente satisfatório com suas sexualidades. Tal afirmação se apoia no fato desses participantes não terem desenvolvido a necessidade de medicações psiquiátricas, como é o caso de Ana. Esta, por pressão da família, manteve sua sexualidade em tal estado de fechamento para o contato que, mesmo em outros ambientes, não parece conseguir a satisfação organísmica. Tais forças supressoras pareceram conduzir, no caso de Ana, aos ajustamentos criativos de desenvolver ansiedade e depressão, para que fosse possível suportar sua situação em um contexto repressor.

Um fenômeno semelhante perpassa a vivência dos participantes transgêneros. A preocupação não é em esconder sua orientação sexual, mas sua identidade *trans*. Como Clara relatou: *“eu tenho um certo conforto nesse social porque eu tenho a tal da passabilidade né, então eu não tenho, eu não sinto esse olhar prescrutativo da sociedade em cima de mim o tempo inteiro”*.

“Passabilidade”, nas palavras de Clara, é a capacidade de se passar pelo o que não é. Infere-se que o objetivo da passabilidade é não entrar em contato com as reações discriminatórias externas. No caso dela, é a capacidade de passar por mulher cis. Kroeger (2003, citado por Fütty, 2010), apresenta que é difícil conceituar passabilidade (*transgender passing*), dado que as definições são controversas e conflituosas. No entanto, em uma definição genérica, passabilidade é efetivamente se apresentar como

uma outra coisa diferente do que se acredita ser, “passabilidade nunca passa a sensação de naturalidade” (Kroeger, 2003, citado por Fütty, 2010, p.63,).

O medo, o receio, a preocupação em ser identificado como *trans* e as possíveis consequências disso, são sofrimentos comuns nas vivências *trans*, como é discutido por Franco e Cicillini (2015). Tais sofrimentos geram, portanto, demandas que precisam ser satisfeitas. Para a satisfação orgânica de Clara, foi desenvolvido um ajustamento de estado de alerta fixo, de resguarda em ambientes públicos. Luiz, por sua vez, se ajustou por meio de constante reclusão. Aqui é importante reparar que, ao passo que Clara, mesmo com medo e alerta, continuou fazendo contato com a vida em público, Luiz se restringiu ao ambiente domiciliar.

Mesmo eu tendo, a tal da passabilidade, eu não me sinto 100% confortável andando na rua, né? Eu tô sempre assim, vigilante. (...) É a possibilidade de alguém perceber que eu sou trans e por causa disso, sei lá, querer me xingar, querer... Porque, né? Isso vem de graça, querer me xingar, querer me agredir, querer me menosprezar porque eu sou trans (Clara).

(...) Depois que eu apanhei eu comecei a ficar com medo de sair. Das pessoas pararem de fazer a piada e partirem pra agressão. Antes eu costumava olhar as pessoas e encarar até elas pararem de me encarar também. Mas depois disso também fiquei com medo, passava de cabeça baixa pra ninguém achar que tinha o direito de me bater, então era bem complicado, eu comecei a me esconder bastante por causa disso. (...) foram muitas oportunidades que eu perdi, de sair até com amigos, porque eu tinha medo de sofrer alguma coisa na rua (Luiz).

A violência física tem um grande potencial adoecedor e, como é destacado por Junqueira (2009a) e Franco e Cicillini (2015), é apenas um dos desafios encontrados por pessoas *trans* em seus contextos marcados por uma “sinergia de vulnerabilidades” (Parker, 2000, citado por Junqueira, 2009a, p.25). Há, ainda, em termos metafóricos, todo um oceano de preconceitos e discriminações nos quais as vivências *trans* são forçadamente submergidas. E é com dificuldade que conseguem imergir e tomar fôlego, encontrando nos poucos contextos em que podem relaxar, o momento para renovar as forças e continuar nadando.

Luiz apresenta que a reclusão e a necessidade de sair do ensino presencial (fechamentos para o contato) em razão das discriminações não foram as únicas consequências das vivências LGBTfóbicas em sua vida. Um dos possíveis ajustamentos para vivências agressivas ao indivíduo como essas são, para além do mal-estar, situacionalmente contornável, os adoecimentos crônicos.

Tive que passar também por psiquiatra também pra tomar remédio, porque eu fiquei com muita ansiedade, eu não tinha ansiedade antes, eu acabei tendo ansiedade depois e fobia social e crise de pânico, então meio que minha vida parou a partir de um certo ponto, por causa desse tipo de preconceito. (Luiz).

É importante ressaltar nesse ponto que o adoecimento, longe de um rótulo, é um conjunto de forças que, ao contato com o *self*, produzem determinado sofrimento (Holanda,1998). Tal conjunto de forças varia para cada pessoa, tal como os ajustamentos (os sintomas) frente a ele, e é esse conjunto que deve ser analisado quando procura-se pela “cura”, também diferente para cada indivíduo (Galli, 2009).

Ana também faz uso de medicações psiquiátricas para ansiedade e depressão. Em trechos de sua entrevista, podemos reparar o aspecto crônico de seu sofrimento em razão da LGBTfobia dentro de sua casa:

Desde pequena minha mãe falava assim: Tem duas coisas que eu acho que nunca quero passar na minha vida, ter um filho morto, (...) e outra é ter um filho gay. Aí tipo, eu cresci ouvindo isso, então foi bem sofrido pra mim. Que aí ela preferia que eu tivesse morrido, né, porque dentre essas duas opções, morrer ainda é menos pior. Isso me faz sofrer bastante lá em casa. Antigamente, eu chorava bastante quando pensava nisso. Hoje em dia tem momentos.

Lembremos que as introjeções tóxicas são as assimilações, a incorporação ao *self* de representações com as quais ele não se identifica (Tenório, 2012). Façamos uma analogia com o sistema digestivo; as experiências, ao serem vivenciadas (colocadas na boca), podem ser identificadas como nutritivas ou tóxicas (potencial para terem sintonias ou dissintonias com o *self*). A tendência saudável é que se engula (introjete, assimile) as experiências nutritivas e cuspa (renegue) as tóxicas. A partir disso, podemos entender as introjeções tóxicas.

Ana foi a participante que mais mostrou estar sujeita a introjeções tóxicas. Ao mesmo tempo, é a única que vivenciou, desde a infância, um ambiente familiar nuclear marcadamente LGBTfóbico. Infere-se, baseando-se na entrevista de Lana, Gestalt-terapeuta entrevistada, que essa relação não é sem motivo:

O adulto não precisa falar pra criança se sentir constrangida e inadequada, ela vai entendendo que ela tá sendo desaprovada. (...) E aquilo causa um conflito na

criança e, muitas vezes, o processo que ela vai fazer, ela entende que aquilo é ruim, e a criança tem uma noção de fragilidade, ela sabe que ela precisa do cuidador. Pra criança, é muito sofrido, muito difícil, muito difícil desagradar a figura de cuidado dela, seja o pai, a mãe ou a avó, enfim, quem cria. E, muitas vezes, o que ela vai fazer é um processo de alienação do desejo real dela (...) e uma falsa identificação com o objeto que é socialmente aceito, valorizado. Só que é falso. Porque você não consegue arrancar uma coisa que é sua de você.

Sobre a expressão “figura de cuidado” no relato de Lana, a abordagem Rogeriana⁶ (Abordagem Centrada na Pessoa - ACP) apresenta uma contribuição que pode ser valiosa. “Se a consideração de outros significativos é expressa incondicionalmente, durante os primeiros anos de vida (...), então, a consideração de si dessa criança será, analogamente, incondicional” (Almeida, 2009).

Da expressão “figura de cuidado”, no relato de Lana, de forma articulada ao conceito “outros significativos” (Almeida, 2009), infere-se a relevância da afetividade nas trocas relacionais. Dessa forma, entende-se que a consideração das pessoas com quem temos um importante investimento afetivo pode nos ser muito mais relevante em relação às pessoas menos significativas. E, ainda, quando estes outros mais significativos não apresentam aceitação e condicionam o afeto, os efeitos podem ser mais danosos do que seriam se realizados por figuras de afetos secundários. Exemplificando, é muito diferente para uma criança ouvir “viadinho” de uma figura significativa, como os pais, do que de um/a coleguinha na escola.

⁶ Ainda que a terapia Rogeriana seja distinta da Gestalt-terapia, ambas compartilham a mesma visão de ser humano. Dessa forma, muitos dos conceitos dentre as duas abordagens estão em sintonia e trocam contribuições, permitindo uma melhor compreensão sobre a teoria humanista.

A seguinte fala de Pedro está em sintonia com o trecho anteriormente destacado da entrevista de Lana sobre a teoria gestáltica acerca das introjeções tóxicas: *“na adolescência eu sofria exatamente por isso, eu não sabia exatamente o que acontecia, não era um fenômeno comum, eu não tinha nem como falar, porque eu não queria falar pros meus pais”*. Infere-se nessa fala do participante a experiência angustiante de precisar realizar uma performance heterossexual constantemente, dado que falar sobre a bissexualidade não era aceitável no ambiente familiar de Pedro. Como expressou Lana, *“um processo de alienação do desejo real dela (...) e uma falsa identificação com o objeto que é socialmente aceito”*. Tal processo também está presente na fala de Ana:

E antes eu sofria, porque eu ficava tensa porque eu achava meio que tava fazendo algo ruim, tipo “pecando mesmo e vou pro inferno, tem algo ruim dentro de mim” do tanto que minha mãe falava assim. Às vezes não conseguia nem ficar direito com a pessoa “nossa tô fazendo algo ruim”. Isso traz muito, muito, muito sofrimento.

Sobre isso, Tenório (2012) apresenta que, para um desenvolvimento psicológico saudável, de acordo com a Gestalt-terapia, é necessário que a criança tenha com seus cuidadores e pessoas mais significativas uma relação de troca, de contato pleno e inteiramente dialógico. Assim, a relação se constrói baseando-se no respeito mútuo no que se refere à espontaneidade e às diferenças.

Dessa forma, a relação é resultado de diversos processos de construção da identidade e estabelecimento das funções do *self* fundamentados em uma relação horizontal, embora ainda com as “renúncias, desafios, conflitos e ajustamentos criativos” comuns à toda relação humana (Tenório, 2012, p.228). Isso, pois, essa relação

não é caracterizada pela permissividade desregrada, dado a ênfase no respeito às diferenças e aos limites interpessoais, importantes no âmbito das relações. Ainda a respeito das introjeções tóxicas, o relato de Júlia apresenta uma explicação que ilustra o papel dos ajustamentos criativos:

Todos nós estamos sujeitos a essas e outras introjeções, depende muito do funcionamento de cada indivíduo. Tem aquele que vai, alguém vai chegar pra ele e vai, sei lá, agredir, chamando de viado. E ele vai dar o dedo praquela pessoa e vai tá tudo resolvido e tem aquela pessoa que “meu Deus, onde eu tô dando pinta? O que eu faço? Meu Deus, eu não posso sair de casa, eu vou ficar em casa”. E começa desenvolver uma fobia social, porque ele recebeu uma agressão. Então, é muito relativo.

Em um sentido oposto, podemos perceber o bem-estar psicológico nas falas que expressam autenticidade, ou seja, na correspondência, na congruência e integração entre o sistema sensorial, motor e cognitivo (Ribeiro, 1997). A integração proposta pelo autor é a capacidade de comunicação entre a fluidez das sensações (sensorial), a mobilização, ação e interação (motor) e o contato final de satisfação e/ou retirada (cognitivo) (Ribeiro, 1997).

Para melhor compreensão sobre a satisfação e/ou retirada apresentadas, façamos, de novo, uma analogia com o sistema digestivo: quando com fome, buscamos nos alimentar (buscamos a satisfação) e quando estamos satisfeitos, paramos de comer (buscamos a retirada). Ou, ainda, quando o organismo retira satisfatoriamente os nutrientes que precisa do alimento, excreta o que não é mais necessário (retira). A retirada é parte da satisfação, tal processo é constante nos seres vivos, busca-se sempre

atualizar as necessidades, satisfazer a que está em foco, se retirar para então focalizar uma próxima. Não nos retiramos até atingir a satisfação, do contrário, o contato é insatisfatório.

Eu não trocaria isso aqui por nada, sabe? Se me dessem, 50 milhões pra voltar a viver como eu vivia, nossa, podia me dar o que quiser, não volto. Eu tô muito bem assim. (...) Pelo fato de eu ter encenado minha vida até os 30, 28, 30 anos, hoje eu tenho verdadeira repulsa pela mentira (Clara).

Aqui, infere-se na fala da participante a experiência de manter por uma parte significativa da vida, um *self* incongruente, ou seja, que, ao longo de seus processos, incorporou valores com os quais não se identificava por anos e as consequências foram as diversas insatisfações decorrentes disso.

Assim, nesse sentido, a participante relata a experiência (temporária) de manter um *self* não autêntico. Em outras palavras, um *self* com a capacidades de formar figuras e fundos e de se ajustar conturbadas (Tenório, 2012), pois estão sendo orientadas pelos referenciais de outras pessoas. Infere-se, ainda, a percepção de melhor qualidade de vida quando se passa a assumir um “ser no mundo” congruente, que corresponde com sua vontade. Nesse sentido, podemos observar a tendência saudável à congruência na seguinte fala:

Me sinto um pouco desafiado (...) no sentido de que um, eu posso escolher ficar no Brasil e lutar pra que essas coisas melhorem, ou dois, posso simplesmente ‘quitar’ [neologismo a partir da palavra quit, inglês para sair, deixar, abandonar, desistir] essa possibilidade social e procurar uma outra sociedade me que eu

me encaixe melhor (...) esse parâmetro comparativo me permite perceber que não necessariamente eu preciso estar aqui (Augusto).

Quanto a esta fala, infere-se a tendência à congruência, parte da autorregulação orgânica. Observa-se aqui o já mencionado estado de saúde em que é possível “sentir-se em casa” em qualquer lugar do mundo (Lima, 2014). Uma vez que, reconhecidos as representações com as quais o *self* se identifica, o indivíduo, mesmo em contextos desfavoráveis, quando saudável, tende a não dissociá-las, tende a tentar mantê-las integradas a si. Dessa forma, entende-se que as repostas de ficar e lutar ou desistir e se retirar são ajustamentos da pessoa para manter suas noções de identidades harmonicamente integradas. Nesse caso, não se vê aberturas para identificações não autênticas e, portanto, estranhas ao *self*, mas que poderiam, contudo, solucionar o incômodo desafio citado por Augusto de ficar no Brasil.

A partir dos relatos, é possível observar que o adoecimento psíquico sinaliza uma desagregação, desarranjo, desintegração da harmonia entre as atividades do *self*. Tal fenômeno pode ser favorecido pelo contato com contextos nocivos, como é o caso de contextos perpassados pela LGBTfobia. Apesar da tendência do organismo de manter-se integrado, ele ainda precisa encontrar (no seu mundo privado ou exterior) as forças para lutar contra as que estão tentando desestruturá-lo (Galli, 2009). Então, quando o *self* já não consegue buscar em si ou na relação com seu contexto as forças para manter-se integrado, autêntico, se poderá, assim, entender os processos de adoecimento psíquico.

Ainda, se fez notar as contribuições que as redes de apoio constituíram para a saúde psíquica dos/as participantes. Aqueles/as que tinham menos redes de apoio, como Ana, cujo contexto familiar é perpassado pela LGBTfobia e Luiz, que passou muitos

anos sem contar para ninguém sobre sua transgeneridade, foram os únicos que recorreram às medicações psiquiátricas. Em outro sentido, fazendo paralelo com Galli (2009), os/as outros/as participantes, munidos/as de redes de apoio mais consolidadas, tiveram mais oportunidades de encontrar as forças necessárias para enfrentar as forças deletérias da LGBTfobia.

7.3 Ajustamentos ao Contexto LGBTfóbico Sobre a Ótica da Gestalt-Terapia

Uma vez considerada as consequências da LGBTfobia na saúde individual, serão aqui delineadas algumas contribuições da Gestalt-terapia no âmbito de sua prevenção e de seu enfrentamento. Essa categoria analítica focaliza as contribuições das psicólogas entrevistadas.

Nesse sentido, Lana apresenta que *“os sofrimentos psíquicos pra Gestalt-terapia vão vir da falta de fluidez, basicamente o adoecimento é o bloqueio de contato que é uma estagnação, nenhum bloqueio de contato é, em si, ruim”*. Esse ajustamento de bloqueio, visando o bem-estar orgânico, pode se tornar crônico, estagnar e ser adoecedor, como Lana apresenta em: *“Situações passadas ela teve um mecanismo pra resolver essas situações, a vida passa, a pessoa continua apegada ao mesmo mecanismo”*.

Uma vez apegado a um mecanismo, não se permite desenvolver novos ajustamentos. Assim, frente às novas demandas, o indivíduo cujo ajustamento está cristalizado fica num “limbo” entre: insatisfeito a ponto de não suprir a necessidade orgânica, porém satisfeito o bastante para não criar outros ajustamentos que

poderiam ser mais funcionais. Essas constantes trocas insatisfatórias é que caracterizam o adoecimento para Ribeiro (1997), quando discute sobre os processos de saúde e doença a partir da perspectiva da Gestalt.

Mas como prevenir tal acontecimento? As psicólogas entrevistadas apresentam a mesma opinião, de que é difícil trabalhar com prevenção em clínica, dado que, muitas vezes, o indivíduo já chega para a psicoterapia com quadros de sofrimento estabelecidos. Apontam que, todavia, a prevenção deve ser construída no contexto que favoreceu aquele adoecimento. Lana relata que:

Prevenção, na psicologia clínica é uma coisa difícil de falar, a gente não trabalha com isso, na verdade. Infelizmente, dentro do consultório a possibilidade de prevenção que a gente tem ainda é pequena. A prevenção, no meu ponto de vista teria que passar muito mais por políticas públicas, ou talvez até com um incentivo da busca da terapia antes da cronificação. É muito comum que as pessoas só procurem a terapia quando elas têm com algum tipo de sintoma já muito sofrido, muito desconfortável. (...) É... É uma boa pergunta, como trabalhar com prevenção em psicologia. Talvez com mais divulgação.

Quanto à questão de se deixar cronificar o adoecimento, podemos considerar que esse problema está relacionado com o hábito comumente encontrado no Ocidente de procurar ajuda de profissionais da saúde apenas quando a pessoa já está adoecida (Palmeira, 1990). Para o autor, no Oriente, o trabalho principal é o de prevenção, sendo o tratamento e a intervenção apenas secundários, enquanto no Ocidente, o quadro parece se inverter.

Além dessa questão, pessoas LGBTs também estão sujeitas à crença comumente encontrada no Brasil de que psicologia é um serviço, como dito por muitos leigos, apenas para “pessoas loucas”. E, claro, a falta de políticas públicas citada também é um agravante, não há uma preocupação do Estado em se estabelecer um ambiente favorável (sobretudo nas escolas), ao desenvolvimento saudável e harmônico em nossa sociedade, perpassada pela LGBTfobia (Mello, Freitas, Pedrosa & Brito, 2012).

Nesse sentido, Júlia apresenta um relato similar, mas não se voltando diretamente para as políticas públicas, mas sim para outros contextos significativos na vida cotidiana. Nesse sentido, a participante afirma que:

Olha, fatores preventivos, eu acho que esse tema sendo trazido, levado pras escolas, palestras, é... religiões, né, que são esses lugares que a gente, que as pessoas tem um acesso de educação mesmo, que acho que a gente ainda tá distante, talvez em determinadas religiões isso não é trazido de uma forma saudável. Mídia, os movimentos que existem, eu acho que isso traz uma reflexão diferente, eu percebo, por exemplo, como é diferente a visão das pessoas mais novas (...), isso nem passa na cabeça delas como um problema, né, como isso é muito cultural, como depende da família em que essa pessoa nasce, da religião em que essa pessoa nasce, porque existe uma cultura regional, porque existe uma cultura familiar que vai influenciar sim em como essa criança vai olhar pro outro, mas eu fico vendo que quanto mais acesso as pessoas tem a esse tema, né, do preconceito que existe, isso vai trazendo um pouco mais de prevenção às gerações futuras mesmo, né. Eu acredito que isso ajuda bastante.

Nessa linha, o participante Pedro tem uma contribuição valiosa e que contempla a fala de Júlia: *“Acho que o jeito mais incrível do preconceito acabar, seja ele qual for, é o contato com o fenômeno”*. Assim, tanto dentro como fora do consultório, a prevenção à LGBTfobia está pautada no conhecimento. Conhecimento este que crianças e adultos devem ter sobre o universo LGBT, apenas, então, quando houver esse contato, poderá se entender essas múltiplas vivências como naturais.

Como achar normal algo que não se acha em lugar algum? O silenciamento promovido pela heterossexualidade presumida (Junqueira, 2010b), é praticada tanto pelo Estado quanto pela sociedade de modo geral. Pessoas *trans* passam, também, por silenciamento análogo. Por inferência, a prevenção em relação à LGBTfobia, como disse Pedro, passa pelo contato, passa pela quebra de tal silenciamento nas práticas cotidianas.

Contudo, mesmo no contexto específico da clínica, algumas contribuições rumo à prevenção foram delineadas pelas psicólogas entrevistadas. São elas:

Que ferramentas a Gestalt-terapia teria pra se trabalhar com prevenção? Com a evitação da estagnação, evitação da rigidez, antes que esses sistemas se tornem muito rígidos e que conseqüentemente a busca da flexibilidade envolva numa crise, (...) é manter o fluxo, manutenção do fluxo de energia, manutenção do fluxo de ferramentas, pra lidar com adversidades e com conflitos. Manutenção do fluxo do contato com a felicidade, com a satisfação, com o contentamento (Lana).

Por exemplo, uma pessoa chega aqui com comportamentos muito ansiosos, ele ainda não desenvolveu nenhum transtorno de ansiedade (...). Mas ele já tem um

traço de ansiedade muito presente na vida dele, aí ele busca terapia e nós vamos trabalhar então de que forma? Compreendendo o que alimenta a ansiedade dele porque pra nós, gestaltistas, o sintoma ele não, nós não colocamos em foco o sintoma, nosso foco é o processo de construção daquele sintoma (...), logo ele não vai desenvolver nenhum tipo de transtorno, porque ele tá cuidando lá no início. (Júlia).

Essas falas estão em sintonia com as contribuições de Ribeiro (1997) sobre o ciclo do contato, sobre a necessidade do organismo de se ajustar de maneira fluida. Como apresenta o autor, é preciso que o organismo mantenha a *awareness* para que consiga compreender quando está por demais rígido. E, ainda, com as contribuições de Holanda (1998), quando o autor destaca a necessidade de compreender as forças que contribuem para a aparição do sintoma, e não ele em si.

Já em relação aos trabalhos de enfrentamento que a Gestalt-terapia pode oferecer frente aos sofrimentos psíquicos já estabelecidos decorrentes da LGBTfobia, as psicólogas entrevistadas apresentaram algumas contribuições. Dentre elas se destacam a importância da tomada de consciência e de responsabilidades, a necessidade de retomar a fluidez e o contato.

A intervenção vem nesse sentido de ajudar a pessoa a se perceber, perceber o momento do aqui e agora, do presente. (...) Essa referência da busca, da auto percepção, da percepção do ambiente, do fluxo criativo, ela vai tá em todas as intervenções, por mais variadas que as intervenções possam ser, essas diretrizes tão no fundo de todas. (...) Eu não tenho que cuidar dela [da pessoa em terapia], eu não tenho que dar a resposta. Eu tenho que fazer boas perguntas (Lana).

A gente vai buscar levar o cliente pra uma compreensão do que é saudável, do que está adoecido. Da parcela de responsabilidade dele. Na mudança consequentemente de postura diante da vida (...). Isso é estar saudável, não é não ter problema, mas como que eu lido com os problemas que chegam até mim, como que eu lido com os problemas, com esse tipo de sofrimento, o que eu vou fazer pra elaborar, como que eu vou resolver isso? (Júlia).

Tais diretrizes, no que se refere às intervenções, como explicado pelas psicólogas, são presentes em todos os casos que chegam à terapia. Trazendo para as demandas decorrentes da LGBTfobia, podemos compreender que a Gestalt-terapia vai trabalhar buscando o contato (em nível da consciência) com o fenômeno LGBTfóbico que causa o sofrimento, para a compreensão de sua totalidade.

A partir de então, se possibilitará a percepção/conscientização da totalidade da LGBTfobia em contato com o sujeito, suas causas e seus efeitos. Só então, quando consciente, quando *aware* da situação, o indivíduo partirá para um enfrentamento munido da “*consciência emocionada*”, como apresenta Júlia. Ou seja, quando a razão e a emoção se integram efetivamente, e o indivíduo, em sua totalidade, faz contato com o problema, então ele/ela estará *aware* da necessidade de se reajustar funcionalmente, de criar novos significados e posicionamentos.

Isso nada mais é do que a tomada de consciência de que o indivíduo estava mantendo trocas insatisfatórias. E, também, a tomada de consciência que o indivíduo é responsável por deixar de adotá-los, é a percepção de que ele é responsável por buscar os fatores de sua saúde, ou seja, os mecanismos saudáveis contemplados no conceito de *awareness* descrito por Ribeiro (1997).

Na prática, a partir do que foi apresentado anteriormente, pessoas vítimas de LGBTfobia podem ter incontáveis formas de ajustamentos buscando sua saúde. Por exemplo, perceber a necessidade de enfrentar certas pessoas, ou de deixar de insistir em certas relações, ou de deixar sua casa ou seu país. Ou ainda, cortar relações com algumas pessoas, enfrentar outras, fazer denúncias, deixar de frequentar alguns lugares, passar a frequentar outros, etc.

As possibilidades são específicas para a vivência de cada pessoa. O importante, para a Gestalt-terapia, é o abandono das cristalizações e a retomada dos contatos (Ribeiro, 1997). É importante notar que muitos ajustamentos, como sair de casa ou do país, não combatem diretamente a LGBTfobia. Contudo, a Gestalt-terapia, nem por isso deixa de investir esforços a favor de uma sociedade menos LGBTfóbica. Suas contribuições, de acordo com Ribeiro (1997), estão presentes na busca do indivíduo responsável por suas ações no mundo, consciente de si e do outro e, ainda, na busca por um indivíduo saudável, que age frente a fenômenos adoecedores, como é o caso da LGBTfobia.

Considerações Finais

Este trabalho se pautou na importância de combater as estatísticas assustadoras de violência à que estão submetidas as pessoas LGBTs. Tentou-se aqui abrir o leque de discussões sobre este problema, uma vez que estudos apontam que o caminho para um futuro menos LGBTfóbico passa pelo diálogo e pela quebra dos silenciamentos.

Na contemporaneidade, a hegemonia heterossexual e cisgênero, frente às ameaças de perda de seus poderes simbólicos, se fecharam e declararam guerra ao contato com as vivências LGBTs, supostamente ameaçadoras. Este combate se dá explícita ou implicitamente, potencialmente partindo da invisibilização e podendo chegar até o extermínio. Os relatos dos/as participantes denunciam esse combate, quando reconhecem, em seus contextos, sentimentos de inadequação, ausências de direitos e as violências, simbólicas e concretas, que perpassam suas vidas em sociedade.

Afinal, homens e mulheres sustentam, até hoje, práticas culturais que fundamentam o monopólio masculino do poder simbólico. Assim, como não esperar que muitas dessas pessoas, partidários/as da masculinidade hegemônica, da heteronormatividade e da ordem binária de gênero rígida se recusem a “dividir seu trono”? A conquista de direitos por parte das pessoas LGBTs, assim como todos os grupos oprimidos ao se revoltarem contra os opressores ao longo da história, sempre esteve fadada a encontrar quem tentasse suprimi-la. Contudo, nem por isso essa luta é menos legítima, só faz com que seja mais desafiadora e, sua vitória, mais significativa em termos democráticos.

Bruner (1997) apresenta que a abertura para o contato passa pela abertura do próprio modo de pensar, de forma a se permitir ter múltiplas perspectivas para construir valores na direção de uma cultura democrática. Assim, no sentido deste trabalho, é

preciso ressignificar as relações entre as identidades, sexualidades, os gêneros e o poder simbólico. É preciso assumir que alguns sentidos, culturalmente compreendidos como importantes no passado, devem ser rompidos. Se prezamos pela democracia, precisamos romper sentidos antidialógicos e antidemocráticos expressos em preconceitos como, por exemplo, o racismo, o sexismo, o machismo e a LGBTfobia.

Com efeito, não há nada que contraindique a convivência com as diferenças. Quando o inédito entra em campo, nossa reação e a maneira de interagir com ele é igualmente original. Assim, quanto mais contato com o diferente externo, mais contato com o diferente em nós mesmos, mais aprendemos sobre nossa identidade (Galinkin & Zauli, 2011).

Na realização desta pesquisa se considerou adotar um olhar crítico frente a retrocessos tais como a iniciativa de alguns/mas psicólogos/as do Distrito Federal que pediram permissão legal para oferecer o tratamento na direção da suposta “cura gay”, em pleno ano de 2017⁷. Como se não bastasse, tentativas como essa são encontradas em diferentes contextos, não apenas entre psicólogos/as desatentos/as à Resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia. Sendo assim, é necessário abordar criticamente essa discussão nos demais ambientes sociais.

A partir dos resultados da presente pesquisa, foi possível traçar algumas contribuições práticas. Sobretudo, os saberes construídos sobre o fenômeno cultural LGBTfóbico sobre a ótica da Gestalt. Tais compreensões podem orientar o trabalho de psicólogos/as e demais profissões para um convívio mais consciente e sensibilizado em relação às práticas discriminatórias, às suas origens, e aos males que seus impactos podem acarretar.

⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html

Este trabalho foi realizado apenas em uma faixa socioeconômica específica, a classe média. E, ainda, as faixas etárias contempladas foram moderadamente limitadas. Assim, entende-se que as contribuições de pesquisas futuras com diferentes classes sociais, idades dos/as participantes e, inclusive, outros referenciais teóricos de psicologia clínica, seriam enriquecedores para esta discussão.

Conclui-se que, para a compreensão dos sofrimentos psíquicos e para seu tratamento clínico, a Gestalt-terapia é uma opção recomendável às vítimas de LGBTfobia. Porém, a prevenção é bem mais desafiadora e, na clínica, bastante limitada, posto que pessoas costumam recorrer à terapia já com sofrimentos cronificados.

Para a prevenção dos sofrimentos psíquicos são necessárias redes de apoio, reformulações nos espectros das leis e políticas públicas e nos significados culturalmente compartilhados acerca de gênero, sexualidade, identidade e poder. A reconfiguração desses significados se faz desafiadora dado que estão enraizados na história brasileira, canalizando as experiências humanas, desde o período colonial (Parker, 1991). A prevenção será mais propícia quando estas concepções forem ressignificadas na política, nas religiões, mídias, famílias, escolas e universidades.

Até lá, a LGBTfobia continuará responsável por adoecimentos, tidos na Gestalt como respostas às forças que desafiam a manifestação congruente do *self*. A Gestalt-terapia se apresenta eficaz para a retomada da saúde psíquica, contudo, não trabalha diretamente na origem deste problema. Querer que a LGBTfobia deixe de enviar pessoas para a terapia, é querer investir na desconstrução das causas dessa questão. É o compromisso, não apenas dos/as psicólogas enquanto categoria profissional, mas de todos/as nós, como cidadãos/ãs, de assumirmos parte da responsabilidade e tentar ativamente contribuir para uma realidade mais dialógica rumo a uma cultura mais democrática e representativa.

Referências Bibliográficas:

- Aguiar, L. (2014). *Gestalt-Terapia com crianças*. São Paulo: Summus.
- Almeida, L. R. (2009). Consideração positiva incondicional no sistema teórico de Carl Rogers. *Temas em Psicologia*, 17(1), 177-190.
- Barba, M. G., Diaz, D. G., Calvo, J. C., Garcia, C. G. & Arnal, R. B. (2017). Bifobia em jóvenes universitarios: diferencias entre géneros. *Àgora de Salut*, 4(16), 153-161.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, J. P. P., Paula, L. R. C. de, Pascual, J. G., Colaço, V. de F. R. & Ximenes, V. M. (2009). O conceito de “sentido” em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2): 174-18.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade?*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Borrillo, D. (2009). A Homofobia. Em T. Lionço & D. Diniz (Orgs.) *Homofobia & Educação: um desafio ao silencio* (pp.15-46). Brasília: LetrasLivres.
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Branco, A. U. & Madureira, A. F. A. (2008). Dialogical self in action: The emergence of self-positions among complex emotional and cultural dimensions. *Estudios de Psicologia*, 29 (3), 319-332.
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Cardoso, M. R. & Ferro, L. F. (2012). Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 552-563.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução nº01 de 22 de março de 1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão de Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Deci, E. & Flaste, R. (1998). *Por que fazemos o que fazemos: entendendo a automotivação*. São Paulo: Negócio.
- Deslandes, S. F. (2007) A construção do projeto de pesquisa. Em M. C. S. Minayo (Org), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (pp.31-51). Petropolis: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. & Santi, P. L. R. (2011). *Psicologia: uma (nova) introdução*. São Paulo: Educ.
- Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras *trans* brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 325-346.
- Fütty, J. T. (2010). Challenges posed by transgender: passing within ambiguities and interrelations. *Graduate journal of Social Science*, 7 (2), 57-75.
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R Neiva (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.

- Galli, L. M. P. (2009). Um olhar fenomenológico sobre a questão da saúde e da doença: a cura do ponto de vista da Gestalt- terapia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9 (1), 58-70.
- Gomes, R. (2007). A análise de dados em pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (pp.9-31). Petropolis: Vozes.
- Holanda, A. (1998). Saúde e doença em Gestalt-Terapia: Aspectos filosóficos. *Estudos de psicologia*, 15 (2), 29-44.
- Jesus, J.G. (2013). Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, 16 (2), 101-123.
- Junqueira, R. D. (2009a). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Junqueira, R. D. (2009b). Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp.366-444). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Junqueira, R. D. (2010a). “A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas!” Estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. *Revista de Psicologia da UNESP* 9 (1), 123-139.

- Junqueira, R. D. (2010b, agosto). Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade em Relatos de professoras da rede pública. Em *Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Florianópolis, Santa Catarina.
- Lago, R. F. (1999). Bissexualidade masculina: uma identidade negociada?. Em M. L. Heilborn (Org.) *Sexualidade: O olhar das ciências sociais* (pp.157-174). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lima, P. V. A. (2014). Autorregulação orgânica e homeostase. Em L. M. Frazão & K. O. Fukumitsu (Orgs). *Gestalt-terapia conceitos fundamentais*. (pp. 88-103). São Paulo: Summus
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Madureira, A. F. A. (2007a) The Psychological Basis of Homophobia: Cultural Construction of a Barrier. *Integrative Psychological and Behavioral Science*, 41, 225-247.
- Madureira, A. F. A. (2007b) Homophobia as a Boundary Phenomenon: The Dynamic Dance Between Different Tensions. *Integrative Psychological and Behavioral Science*, 41, 326-342.
- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. Em A. L. Galinkin & C. Santos

- (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: Interfaces* (pp.31-63). Brasília, DF: TechnoPolitik.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em psicologia*, 9 (1), 63-75.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007) Identidades Sexuais Não-hegemônicas: Processos Identitários e Estratégias para Lidar com o Preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23 (1), 81-90.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Eds.), *Diversidade e cultura da paz na escola: Contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre, RS: Mediação.
- Mattos, E. (2013). *Desenvolvimento do self na transição para a vida adulta: Um estudo longitudinal com jovens baianos*. (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Mello, L., Freitas, F., Pedrosa, C. & Brito, W. (2012). Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. *Bagoas*, (7), 99-122.
- Minayo, M. C. S. (2007). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (pp.9-31). Petrópolis: Vozes.

- Modesto, E. (2013) Transgeneridade: um complexo desafio. *Via Atlântica*, 24, 49-65.
- Moreira, A. F. B. & Câmara, M. J. (2008). Reflexões sobre currículo e identidade: Implicações para a prática pedagógica. Em A. F. B. Moreira & V. M. Candau (Orgs), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes.
- Mott, L. & Michels, E. (2016). Relatório 2016: Assassinatos de LGBT no Brasil. Retirado de: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio2016ps.pdf>.
- Myers, D. G. (2014). Preconceito: desgostar dos outros. Em D. G. Myers, *Psicologia Social* (pp. 246-278). 10a ed. Porto Alegre: AMGH.
- Palmeira, G. (1990). A acupuntura no Ocidente. *Cadernos de Saúde Pública*, 6 (2), 117-128.
- Parker, R. G. (1991). *Corpos, prazeres e paixões*. São Paulo: Best Seller.
- Prado, O. R., Salamán, J. M. A., & Olavarría, J. A. H. (2014). Al margen del reconocimiento: manifestaciones del heterosexismo, la homofobia, la lesbofobia y la bifobia en la educación del trabajo social. *Voces desde el Trabajo Social*, 2 (1), 45-74.
- Reis, R. A., Dias, J. & Benitez, G. (2016) A experiência do projeto de extensão Una-se contra a LGBTfobia: ações a favor de uma cultura do respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário. *E-hum*, 9 (2), 74-82.
- Ribeiro, J. P. (1997). *O Ciclo do contato Temas básicos na abordagem gestáltica*. São Paulo: Summus.

- Rocha, S. L. C. O. (2005). Gestalt e Relações de Gênero: a emergência de novas masculinidades e feminilidades nos modos de ser homem e ser mulher. Em L.M. Frazão & S. L. C. O. Rocha (Orgs), *Gestalt e Gênero: Configurações do masculino e feminino na contemporaneidade* (203-243). Campinas: Livro Pleno.
- Sawaia, B. B. (2014). Identidade – uma ideologia separatista?. Em B.B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (121-129). Petrópolis: Vozes.
- Silva, F. A. & Mello, I. S. P. B. (2017). Psicologia e despatologização da transexualidade. *Tempus, actas de saúde colet*, 11 (1), 81-95.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54.
- Tenório, C. M. D. (2012). As psicopatologias como distúrbios das funções do self: uma construção teórica na abordagem gestáltica. *Revista da abordagem gestáltica*, 18 (2), 216-223.
- Toledo, L. G., Pinafi, T. (2012) A clínica psicológica e o público LGBT. *Psicologia Clínica*, 24 (1), 137-163.
- Valsiner, J. (2007) Looking across cultural gender boundaries. *Integr Psych Behav*, 41, 219-224.
- Valsiner, J. (2012) *Fundamentos da psicologia cultural: Mundos da mente Mundos da vida*. SãoPaulo: Artmed.

Veer, R. V. D. & Valsiner, J. (1999) *Vygotsky: uma síntese*. São Paulo: Edições Loyola.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, 9 (2), 460-482.

Yontef, G. M. (1998). *Processo, diálogo e Awareness: Ensaios em Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus

ANEXOS

ANEXO A**RESOLUÇÃO CFP Nº 001/99****DE 22 DE MARÇO DE 1999**

"Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual"

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o psicólogo é um profissional da saúde;

CONSIDERANDO que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é freqüentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade.

CONSIDERANDO que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

CONSIDERANDO que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

CONSIDERANDO que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente;

CONSIDERANDO que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações;

RESOLVE:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de março de 1999.

**ANA MERCÊS BAHIA
BOCK**
Conselheira Presidente

ANEXO B

Roteiro de entrevista

Participantes da comunidade LGBT

Pergunta de aquecimento mental: Inicialmente, gostaria que você me falasse um pouco sobre você (sua idade, profissão, com quem vive)...

1 - Você vê ou sente alguma diferença de tratamento para com pessoas LGBTs em comparação às pessoas heterossexuais e cisgêneros? (Se sim, de que maneira?)

2 - Como você lida com quem sabe ou não sobre sua identidade LGBT? Como é essa experiência?

3 - Como é, para você, viver como LGBT em nossa sociedade?

4 - Você já foi discriminado por ser LGBT? Se sim, de que maneiras e como se sentiu?

5 - Você tem, ou já teve que esconder a sua identidade? (Se sim, como foi a ocasião e como se sentiu?)

6 - Você sente que algum direito seu é violado devido à sua identidade? (Se sim, de que maneira e como você se sente?)

7 - Que impactos a LGBTfobia teve, ou tem na sua vida?

8 - Você já se sentiu prejudicado por ser LGBT em ambientes sociais como na família, trabalho/escola/faculdade ou entre amigos e colegas? (Se sim, de que maneira? Como se sentiu?)

9 - Você sofre, ou já sofreu, por ser LGBT? (Se sim, como foi a situação e como se sentiu?)

10 - Como você se imagina daqui dez anos?

11 - Gostaria de acrescentar alguma coisa?

ANEXO C

Roteiro de entrevista

Participantes psicólogos/as clínicos/as da abordagem da Gestalt

Pergunta de aquecimento mental: Gostaria que você me falasse um pouco sobre a sua formação e carreira profissional.

1 - Em Gestalt-terapia, como é compreendida a maneira que os sofrimentos psíquicos se estabelecem? Como ocorre o processo de prevenção e tratamento de demandas clínicas?

2 - Como você entende o fenômeno LGBTfobia?

3 - Você vê ou sente alguma diferença de tratamento para com pessoas LGBTs em comparação às pessoas heterossexuais e cisgênero na nossa sociedade? (Se sim, de que maneira?)

4 - Em sua visão profissional e de acordo com a teoria da Gestalt, como ser discriminado/a em razão de uma identidade LGBT pode afetar a saúde mental do sujeito?

5 - Em sua visão profissional e de acordo com a teoria da Gestalt, como não se sentir aceito pelos outros pode afetar a saúde mental do sujeito? E quanto a não se sentir aceito por si mesmo?

6 – Que sofrimentos psíquicos a LGBTfobia, permeada por outras demandas da vida do sujeito, pode causar a ponto de um tratamento clínico ser indicado?

7 – Em sua opinião, quais fatores estão envolvidos no processo de prevenção do sofrimento psíquico decorrente da LGBTfobia?

8 - Como o trabalho de intervenção/tratamento clínico frente a demandas ligadas ao sofrimento associada à LGBTfobia pode ser realizado a partir da abordagem da Gestalt-terapia?

9 - Gostaria de acrescentar alguma coisa

ANEXO D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

A LGBTfobia como fenômeno cultural e seus impactos psíquicos
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisador assistente: Lucas Camapum Rosa

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo geral desta pesquisa é compreender a LGBTfobia e como ela pode adoecer psicologicamente as vítimas de discriminação.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste na realização de uma entrevista individual semiestruturada.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- As entrevistas serão gravadas em áudio, com o seu consentimento.
- A pesquisa será realizada em local conveniente para o/a participante.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas serão tomadas, como, por exemplo, a possibilidade de interromper a entrevista a qualquer momento ou a possibilidade de recusar responder qualquer pergunta. Além disso, será esclarecido aos/as participantes que não existem respostas certas ou erradas para as perguntas das entrevistas.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir para um maior conhecimento sobre o tema em questão.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade do pesquisador assistente Lucas Camapum Rosa, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/Uniceub, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____,
após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira, pesquisadora responsável, celular (61) 99658-7755, email: madureira.ana.flavia@gmail.com

Lucas Camapum Rosa, pesquisador assistente, celular (61) 99237-3370
email: lucas.crosa@hotmail.com

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907 - Asa Norte, Brasília – DF CEP: 70790-075

Rubrica do
participante:

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

ANEXO E

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A LGBTfobia como fenômeno cultural e seus impactos psíquicos

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73993617.1.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.286.302

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa em questão, intitulado A LGBTfobia como fenômeno cultural e seus impactos psíquicos, é fundamentado na teoria da psicologia cultural e na teoria da abordagem gestáltica no campo da psicoterapia. O objetivo desse projeto é compreender a LGBTfobia e como ela pode adoecer psiquicamente as vítimas de discriminação. Os participantes serão homens e mulheres da comunidade LGBT com idade a partir de 18 anos. Participarão também psicólogos/as clínicos/as que adotam a abordagem gestáltica. Será utilizada a metodologia qualitativa de investigação. De forma mais específica, serão realizadas oito entrevistas individuais semiestruturadas. O processo de seleção dos/as participantes se dará via rede social do pesquisador assistente (e não via instituição). Após a realização das entrevistas, as mesmas serão transcritas e interpretadas a partir de categorias analíticas temáticas.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário apresentado à pesquisa foi: "compreender a LGBTfobia e como ela pode adoecer psiquicamente as vítimas de discriminação".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os Riscos e Benefícios apresentados à pesquisa foram:

Riscos: "A pesquisa possui baixo risco. Tais riscos são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas durante a entrevista serão tomadas para minimizar qualquer risco ou

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 2.286.302

incômodo. Dentre as medidas protetivas que serão adotadas, cabe mencionar: a possibilidade do/a participante interromper a entrevista a qualquer momento, bem como a possibilidade de recusar responder qualquer pergunta. Além disso, os/as participantes serão informados/as que não existem respostas corretas ou erradas para as questões abordadas na entrevista, que o esperado é que respondam de acordo com as suas opiniões pessoais. Mesmo assim, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento aos/às participantes, os/as mesmos/as não precisam realizá-lo".

Benefícios: "Ao participar da pesquisa em questão, os/as participantes colaborarão com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre os impactos psíquicos da LGBTfobia sobre as vítimas de discriminação".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa é viável do ponto de vista científico e ético e apresentou todos os elementos necessários à aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, a saber: objetivos, riscos e benefícios à pesquisa, critérios de inclusão e exclusão, metodologia e instrumentos para a coleta de dados. O seu cronograma atende o prazo necessário para a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e a pesquisa será financiada pelos pesquisadores, que possuem o currículo na Plataforma Lattes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos, necessários à aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa:

- A Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos, devidamente assinada;
- O TCLE, apresentado de forma adequada;
- Os roteiros de entrevistas para a coleta de dados da pesquisa.

Recomendações:

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto às Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 2.286.302

tipificação e gradação de risco;

II - desenvolver o projeto conforme delineado;

III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;

VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento. O modelo do relatório encontra-se disponível na página do UniCEUB

http://www.uniceub.br/instituicao/pesquisa/ins030_pesquisacomitebio.aspx, em Relatório de Finalização e Acompanhamento de Pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado, estando apto a iniciar a coleta de informações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 2.265.831, tendo sido homologado na 15ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB de 2017, em 01 de setembro de 2017.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_979136.pdf	17/08/2017 17:08:50		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	tcle_para_participante.pdf	17/08/2017 17:08:00	LUCAS CAMAPUM ROSA	Aceito

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 2.286.302

Ausência	tcle_para_participante.pdf	17/08/2017 17:08:00	LUCAS CAMAPUM ROSA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoassinada.pdf	17/08/2017 17:07:29	LUCAS CAMAPUM ROSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	MONOGRAFIA.pdf	15/08/2017 17:33:45	LUCAS CAMAPUM ROSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 20 de Setembro de 2017

Assinado por:
Marilia de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador)